

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE DO
DECLÍNIO E RETOMADA DA ECONOMIA FLUMINENSE**

ALINE CALADO REBELO

matrícula nº: 106031686

ORIENTADOR: Prof. René Louis de Carvalho

ABRIL 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE DO
DECLÍNIO E RETOMADA DA ECONOMIA FLUMINENSE**

ALINE CALADO REBELO

matrícula nº: 106031686

ORIENTADOR: Prof. René Louis de Carvalho

ABRIL 2011

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

Ao meu avô (in memoriam), que me
ensinou a dar os primeiros passos...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu alcançar mais esta importante etapa da minha vida, e que me ajudou a superar a distância do meu noivo que mora em Belo Horizonte.

À minha mãe Marisa e minha avó Mathilde que dedicaram suas vidas à mim, as quais se nunca dediquei nada diretamente, este é o mais especial momento. Aproveito a oportunidade para pedir desculpas à essas pessoas que tanto amo, pelas minhas ausências em diversos aniversários e datas especiais tais como dia das mães, páscoa, etc. as quais perdi por passar estudando para as provas.

À minha tia Jô, a quem devo agradecer pelos momentos divertidos proporcionados no fim de semana e a quem devo desculpas pelos meus momentos de silêncio.

Ao meu noivo Patrick, que me ajudou a superar meus momentos de dificuldade, seja com palavras de carinho e atenção, seja com sua inteligência e conhecimento. Pela sua paciência, em meus momentos de distúrbios e *stress* universitário.

Aos meus amigos, Lin, Helder e Roger pelas horas de estudo no computador e na biblioteca do IE, à qual muitas vezes fechamos por causa do horário, e pelos momentos de diversão que passamos juntos na universidade.

Ao meu orientador René de Carvalho, a quem eu devo a elaboração desta monografia, e a quem eu agradeço por compartilhar sua sabedoria e seu profundo conhecimento na disciplina.

À UFRJ, por ter me proporcionado um ensino de excelente qualidade e por me dar o privilégio de ter o estudo financiado pelo povo brasileiro.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a formação e trajetória histórica do Estado do Rio de Janeiro, em um período que abrange desde o início da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, onde este se torna um importante marco econômico, político e cultural; além do processo de declínio da economia fluminense, desde a atividade cafeeira à sua substituição pela atividade industrial; até meados dos anos 90, que é quando ocorre o processo de retomada da atividade fluminense. Nessa análise, tem-se por objetivo comparar dados históricos da economia fluminense com as demais regiões brasileiras, principalmente as do sudeste, que são as que mais se destacaram no período proposto para análise. Dá-se ênfase no crescimento fluminense abaixo da média nacional, principalmente quando comparado a São Paulo; é retratado ainda, o destaque deste último na participação relativa do produto interno brasileiro e o esvaziamento econômico relativo da região fluminense, e por fim, as possíveis vantagens fluminenses na retomada de sua economia. Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se um estudo teórico e histórico, além de uma análise dos últimos dados segundo as principais fontes de pesquisa, fazendo-se uso de diversas obras, artigos e dados de institutos de pesquisa. Para tal, este trabalho inicia-se com uma revisão da trajetória histórica fluminense e suas diferentes visões, seguida de uma análise do processo de substituição de importação e perda da centralidade econômica do Estado do Rio de Janeiro, retratando as opiniões divergentes de diversos autores; e para concluir, um estudo sobre o reinício da ascensão desta região, ao que tange o processo de retomada da atividade econômica fluminense.

ABSTRACT

This thesis aims to reach a brief analysis of the Rio de Janeiro state history formation and economics growth in a give time range which starts from the Portuguese Royal Family arrival on the Rio de Janeiro province, whereas it becomes an important politics, culture and economics reference. Moreover, the fall of the fluminense economy will also be discussed, starting from the coffee culture activities until its replacement by industrial activity, around early 80's, when a so-called economical revamp takes place at Rio de Janeiro. In this study we aim to compre historical facts and economic metrics, comparing the fluminense economy with othe brazilian provinces, specially the ones at the country's southeast place, the most important ones for the given years. We will focus on the fluminense growth rates, historically lower than the national average rates, specially when compared to São Paulo province; we will also focus on the relative participation of Rio de Janeiro on the country's net income as well as the fluminense relative economics leakage, and finally on the Rio de Janeiro advantages which lead it to get back its economics status and income. A mixed theoretical and historical approach was used in this work, as long as a recent economics data research where referencing bibliography won't exist in an reliable amount. We will start at a historical revision and the many authors perspectives regarding the provinces politics and economics, followed by a discussion regarding the imports replacement process, its different approaches and the loose of central reference of Rio de Janeiro for the national economy, snapping into the distinct and diverging points expressed by the referred authors. Finally, we will study the beggining of the fluminense economics raise back, with moderated critics regarding this economic process as a whole.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	13
I.1 – Transferência da Capital para o Rio de Janeiro à Chegada da Corte Portuguesa	13
I.2 – Ascensão e Declínio da Cafeicultura Fluminense.....	15
I.3 – Expansão e Perda Relativa da Indústria.....	19
CAPÍTULO II – DECLÍNIO RELATIVO NA PARTICIPAÇÃO DA ECONOMIA FLUMINENSE	24
II.1 – Perda de Centralidade Industrial do Estado do Rio de Janeiro.....	25
II.2 - Processo de Substituição de Importação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ...	28
II.3 – Esvaziamento Econômico Relativo da Economia Fluminense	34
CAPÍTULO III – A RETOMADA DO PROCESSO ECONÔMICO-PRODUTIVO DA ECONOMIA FLUMINENSE	40
III.1 – Petróleo como Fator Básico da Inflexão Econômica Positiva (1995-2005)	40
III.2 – Crescimento da Integração Econômica Entre as Regiões do Estado do Rio de Janeiro	46
III.3 – Logística de Transporte como Ponto de Inflexão e suas Expectativas de Consolidação Econômica Positiva	48
III.4 – A Consolidação da Inflexão Econômica Positiva.....	54
CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

LISTAGEM DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação do Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo no valor bruto da produção (VPB) da indústria brasileira nos anos respectivos de 1907, 1919, 1939, 1949 e 1959	22
Gráfico 2: Distribuição do Produto Industrial Brasileiro em Estados Selecionados	36
Gráfico 3: Evolução do PIB do Estado do Rio de Janeiro (1996-2001).....	40
Gráfico 4: Taxas de Crescimento do PIB do Rio de Janeiro e do Brasil.....	42
Gráfico 5: Participação do Estado do Rio de Janeiro no PIB Nacional (%).....	45
Gráfico 6: Distribuição dos Royalties em milhões de reais.....	46
Gráfico 7: Participação % do PIB Rio de Janeiro no Total do PIB Brasil.....	51
Gráfico 8: Investimentos em Infra-Estrutura 2008-2010.....	52
Gráfico 9: Investimentos Previstos 2008-2010.....	54

LISTAGEM DE TABELAS

Tabela 1: Produção Exportável de Café das Principais Regiões Produtoras	16
Tabela 2: Exportação de Café por Região.....	16
Tabela 3: Produção Industrial	21
Tabela 4: Indicadores Industriais	25
Tabela 5: Estado do Rio de Janeiro: Taxas de Crescimento do Produto (1939-1980).....	32
Tabela 6: Taxas de Declínio, Estagnação e Crescimento Econômico Fluminense nos Períodos / Épocas Analisadas Segundo Censos Industriais	32
Tabela 7: Taxa de Crescimento do Setor / Indústria Paulista no Período de 1949-1970 Analisada Segundo Censo Industrial	33
Tabela 8: Produção Industrial (Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro).....	34
Tabela 9: Distribuição do Produto Industrial Brasileiro em Estados Selecionados.....	35
Tabela 10: Evolução da Produção de Petróleo e Gás Natural do Estado do Rio de Janeiro (1995- 2000).....	41
Tabela 11: Demonstração das Principais Empresas Exportadoras do Estado do Rio de Janeiro.....	43
Tabela 12: Trabalhadores Formais Empregados no Vale do Paraíba Fluminense, por Setores de Atividades Econômicas, Segundo a CNAE/95, 1985-2001.....	49
Tabela 13: Participação Percentual no Produto Interno Bruto (PIB) dos Principais Setores das Indústrias de Transformação e Extrativista, a Preço Básico, Estado do Rio de Janeiro, 1996-2001	50
Tabela 14: Índice da Produção Física da Indústria de Transformação Fluminense, período 1989- 2006.....	51
Tabela 15: Maiores Investimentos no Município do Rio de Janeiro.....	53
Tabela 16: Maiores Investimentos da Região Norte Fluminense.....	55
Tabela 17: Vinte Maiores Investimentos Previstos 2008-2010.....	56

INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo, tem-se como objetivo analisar a trajetória histórica da cidade do Rio de Janeiro, desde a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, até a vinda da família real para o Brasil, conforme representado na seção I.1, quando a cidade do Rio de Janeiro se consolida como o principal centro econômico, cultural e político, devido a importância de seu porto e a sua centralidade do poder, se formalizando como a capital da república. Na seção I.2, apresenta-se o ápice da atividade cafeeira na região fluminense, onde esta região se torna a maior produtora mundial de café, até o seu declínio, devido a uma cultura essencialmente escravocrata, em um período de abolição da escravatura, o que tornou os gastos muito elevados, ocasionando o incentivo da produção do café em outras regiões. Nessa dinâmica, o Rio de Janeiro sofre uma expansão industrial, devido ao investimento do capital comercial e financeiro em outras áreas, onde dessa forma, se instalam empresas públicas e privadas na região fluminense, tornando esta, o centro financeiro do país, até a sua ultrapassagem por São Paulo, onde este, com um parque tecnológico mais moderno, reduz a participação relativa fluminense, conforme explicitado na última seção. No segundo capítulo, analisa-se a redução relativa da participação fluminense no valor de produção da renda e a perda de sua centralidade industrial para São Paulo, em um período de menor crescimento do poder econômico da economia do Estado do Rio de Janeiro, com ênfase no processo de substituição de importações e o desenvolvimento de uma indústria que com o decorrer do tempo, mostrava-se cada vez mais fragilizada devido a forte dependência do aparato estatal. Na seção seguinte, é analisado o declínio cafeeiro e a ascensão das indústrias, centradas principalmente na região sudeste, onde São Paulo logo desponta na participação do PIB nacional, devido ao seu moderno parque industrial apresentado, conforme seção II.2. Por fim, na seção II.3, objetiva-se discutir a tese do esvaziamento econômico relativo, onde o Rio de Janeiro perde participação quando comparado ao desenvolvimento nacional, em virtude do declínio da cafeicultura e do despontamento de São Paulo no setor industrial. No último capítulo, retrata-se o petróleo como fator básico da inflexão econômica positiva, uma vez que este não apenas dá origem aos *royalties*, mas também ocasiona a elevação do produto industrial, o que reintroduz o Estado do Rio de Janeiro no cenário nacional, de acordo com a seção III.1. Na seção III.2, tem-se o objetivo de analisar a integração existente entre os municípios do Estado do Rio de Janeiro, que formalizam uma espécie de rede urbana, originando uma espécie de desenvolvimento regional. Dá-se ênfase nesse circuito,

os *royalties* de petróleo, que juntamente com algumas mudanças em sua política de transferência, possibilitou esta maior integração societária entre as regiões. Na seção III.3, verifica-se o processo de retomada da economia fluminense, ressaltando como um dos fatores relevantes do ponto de inflexão, a reestruturação da logística de transportes. Um apanhado da consolidação da inflexão positiva da economia fluminense é apresentado na seção III.4, que mostra que o Rio de Janeiro realiza seu processo de retomada ao apresentar resultados superiores quando comparado à economia de alguns dos principais estados nacionais, com destaque principalmente para o setor extrativo, devido a exploração de petróleo na Bacia de Campos. A inflexão econômica positiva dos setores de logística e transportes, assim como dos *royalties* de petróleo, evidenciam a retomada econômica fluminense que crescerá quando comparado a média nacional; porém não se pode afirmar que há uma consolidação das perspectivas de desenvolvimento econômico devido a fragilidades em determinados setores, conforme explicitado finalmente na última seção.

CAPÍTULO I – FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

I.1 – Transferência da Capital para o Rio de Janeiro à Chegada da Corte Portuguesa

A vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565, passou a ganhar importância econômica e política no século XVIII, com a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. Essa transferência de capital é resultado de uma necessidade de maior controle da atividade mineradora que não parava de crescer economicamente. Sua função portuária deu ao Rio de Janeiro, condição como principal centro importador e exportador da mineração, uma vez que o porto mais próximo para a região de mineração em larga escala de Minas Gerais era o porto do Rio de Janeiro.

É importante entender que, de acordo com alguns autores, esse momento, acompanhado pela expansão da área portuária fluminense e sua relevância comercial, é tratada como o grande impulsor de crescimento para o estado, como defendem BECKER e EGLER (1994). Todavia, outros autores defendem que esse fato é apenas secundariamente determinante para a importância do Rio de Janeiro, como TOPIK (1991), que defende que a atividade portuária, produção de café e cana de açúcar, apesar de ter sua relevância econômica, culmina no papel central do estado, no que tange a temas não apenas econômicos, mas especialmente políticos, evoluindo para tornar-se sede administrativa da colônia.

Essa observação da relevância econômica evoluindo para algo maior, uma posição política mais relevante, é fortalecida por outros autores, ao verificarmos que:

“[...] tendo em seu porto marítimo a principal porta de entrada e saída dos mais importantes fluxos da atividade mineradora do século XVIII, e da cafeeira no século XIX e passando também a ser sede do governo central a partir de 1763, a Guanabara certamente usufrui parte importante do excedente gerado por tais economias, assim como se beneficiou de boa parcela do gasto público.” (SILVA, 2004, p. 57).

Complementarmente, essa relevância política é fortalecida com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, quando a cidade ganhou grande impulso econômico e cultural, com a criação da Biblioteca e do Museu Nacional, da Imprensa Régia, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, dentre outras instalações como o Real Teatro São João, atualmente conhecido como Teatro João Caetano. Em 1808, o Rio de Janeiro tornou-se portanto, a sede do governo português, com a chegada da família real. Com os vários investimentos realizados devido a chegada da Corte Portuguesa, em 1815, o Rio de Janeiro elevou-se à capital do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, dando origem à liberação dos portos e a criação do primeiro banco, o Banco do Brasil. A chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, e a abertura dos portos, consolidam a importância comercial e financeira da cidade, atraindo capitais externos e propiciando a melhoria de sua infra-estrutura urbana.

Alguns autores defendem que esse crescimento demográfico prosseguiu com a chegada da corte portuguesa, visto que em 1808 houve a abertura dos portos, então muitos estrangeiros, como italianos, ingleses e portugueses vinham freqüentar o Rio de Janeiro, se tornando este, a maior cidade do país TOPIK (1991). Além disso, TOPIK (1991) ilustra problemas estruturais que a capital fluminense começava a enfrentar devido a sua súbita relevância política e a imigração, como crises de abastecimento de água.

Mais que crescimento e problemas, o autor DIEGUES Jr. (1964) discute uma grande influência cultural e de divisão de classes, ao afirmar que a cidade passou a adotar novos hábitos, principalmente a elite, no que tange à costumes e maneiras, vocabulários e vestimentas. Com a chegada da família real surgem as classes sociais, e uma parte destas se tornariam relevantes em momentos futuros, por exemplo, com a mão-de-obra imigrante e o ingresso de capital, influenciando o início da tomada exploração cafeeira.

A idéia defendida pelo autor supracitado converge com a exposição de SILVA (2004), onde somente com o ingresso de capital e da população imigrante na economia fluminense, devido às suas atividades importadoras e exportadoras, que se tornou possível o cultivo da economia cafeeira na região. Uma vez que o solo do Rio de Janeiro não era adequado ao cultivo do café, e, portanto, sem tais recursos, dificilmente essa cultura teria sido implementada nesta região.

Complementarmente, com o início da crise da mineração, a mão-de-obra, liberada das minas, passa a ser cada vez mais utilizada na cafeicultura e no cultivo da cana-de-açúcar VIEIRA (2000).

1.2 – Ascensão e Declínio da Cafeicultura Fluminense

Observa-se com base nos autores consultados que o ápice e início do declínio da cafeicultura fluminense tem algumas razões em comum, como o fato de ser predominantemente fundada em mão-de-obra escravocrata VIEIRA (2000), que gera um trabalho de baixo custo e conseqüente expansão, mas mostra-se frágil futuramente. Essa ascensão tem início no século XIX, quando a economia do Rio de Janeiro girou em torno da produção de café e do comércio de escravos, tornando-se no período o maior produtor de café do país.

A cultura cafeeira provocou grandes mudanças em suas regiões produtoras, sendo o mais importante ciclo econômico anterior à industrialização. O início do ciclo cafeeiro, deu-se no Rio de Janeiro, mais precisamente no Vale do Paraíba. O *boom* da atividade cafeeira no Rio de Janeiro deu-se entre 1820 e 1870, período onde o Rio de Janeiro desponta como maior produtor mundial de café, utilizando-se de mão-de-obra escrava em larga quantidade, o que pode ter criado condições para que se desenvolvesse posteriormente, a criação de um mercado de trabalho livre na cidade. VIEIRA (2000).

Tabela 1: Produção exportável de café das principais regiões produtoras (em sacas)

anos	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo
1851/1860	1.741	-	-	-
1861/1870	1.659	-	-	-
1871/1880	1.987	925	767	124
1881/1890	2.176	2.138	1.200	250
1891/1900	911	4.775	1.787	416
1901/1910	995	9.252	2.772	579
1911/1920	812	9.306	2.446	700
1921/1930	945	11.131	3.445	1.210

Fonte: VIEIRA (2000)

Essa posição reforçou a relevância do Rio de Janeiro como sede do capital comercial e financeiro do país, centralizando a logística e permanecendo como centro político e administrativo brasileiro. O auge da cafeicultura fluminense deu-se em 1870, como podemos observar na tabela transitória exposta por VIEIRA (2000), porém, seguido nos períodos posteriores, de um declínio da cafeicultura no Rio de Janeiro.

Tabela 2

Exportação de Café por Região (em % a.a)

<i>Região</i>	<i>1876-1880</i>	<i>1881-1890</i>	<i>1891-1900</i>	<i>1901-1910</i>	<i>1911-1920</i>
São Paulo	24,3%	37,1%	60,5%	68,0%	70,2%
Rio de Janeiro	52,2%	37,8%	11,5%	7,3%	6,1%
Minas Gerais	20,2%	20,8%	22,7%	20,4%	18,4%
Espírito Santo	3,3%	4,3%	5,3%	4,3%	5,3%

Fonte: Silva (2004)

Em 1834, há uma separação da capital e do interior do Rio de Janeiro, onde o interior é se dedica à produção de cana-de-açúcar e café, com grandes latifúndios escravistas, e a capital desenvolve a função de centro comercial e ofertante de serviços urbanos. Isso de fato amplia a desigualdade entre a capital do Rio de Janeiro e seu interior, tornando nítida a subordinação do

campo perante a cidade.

Com o fim do tráfico negreiro e a conseqüente abolição da escravatura, consegue-se observar nas fontes consultadas, que se iniciou uma seqüência de falências de muitas fazendas, uma vez que os custos se elevaram substancialmente devido ao encarecimento dos escravos, pois a economia do Rio de Janeiro tinha grande dependência da mão-de-obra escrava, ao contrário de São Paulo, que possuía mão-de-obra imigrante. Essa é a conseqüência da fragilidade do governo da província, com uma economia fundada em mão-de-obra escrava, como a cultura cafeeira, e reforçada pela fragilidade adicional da mão-de-obra escrava não possuir renda, e, portanto, não ter poder de consumo, onde se observa mais adiante ser uma tese defendida por diversos autores, como ponto de destaque da economia paulista na formação de um mercado local.

Com a insatisfação das elites, e a proclamação da República no fim do século XIX, surge o Estado do Rio de Janeiro. Mas esse Estado, nas primeiras décadas do século XX, foi perdendo importância econômica e política para São Paulo, que tornou-se o maior produtor de café do país, com a mão-de-obra imigrante, melhor infra-estrutura e terras de maior qualidade. Com a decadência cafeeira do Rio de Janeiro, este perde espaço para São Paulo e Minas Gerais. Segundo Cano apud Silva (2004) *“ao se instituir como escravista e não superar esta condição, o café do Vale do Paraíba assinava seu próprio atestado de óbito.”*.

A produção de café em outras regiões como São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo procedeu-se devido aos custos bem elevados dos escravos provocados pela dependência da mão-de-obra escrava mesmo após a proibição do tráfico negreiro, associado ao fato da escassez de terras propícias ao cultivo do café. Mas essa crise do café não provoca imediatos efeitos negativos na região fluminense; o Rio de Janeiro não é atingido no curto prazo pela crise: fundado em processos de fomento da produção dos estados vizinhos, Espírito Santo e Minas Gerais, com base em exportação para esses estados, a economia fluminense manteve-se como uma das mais fortes e certamente a mais moderna economia urbana do país naquele momento, atraindo dessa forma um significativo fluxo migratório.

Pode-se notar até agora, que a construção da centralidade e formação econômica do Rio de Janeiro se associa diretamente com as condições econômicas do Brasil, uma fase de industrialização

predominantemente difusa, focada em uma abordagem agro-exportadora como defende LOUREIRO (2006) em sua tese de mestrado. Trata-se essencialmente de complexos regionais de exportação e em atividades tendendo à crise devido a pilares frágeis como a mão-de-obra escrava.

Ao observar-se o Rio de Janeiro com a economia fundada em exportação, como a de cultura cafeeira, nota-se que a diversificação das atividades econômicas e domésticas dependem diretamente da renda do setor exportador e da capacidade doméstica de captar essa renda, como por exemplo, por meio da produção de bens e serviços para demanda local LOUREIRO (2006). Por outro lado, ao focar na indústria como base econômica fluminense, observa-se uma seqüência de movimentos que enfraquecem a renda e a atividade desses mesmos grupos domésticos, seguidos da perda de relevância relativa na exportação do café, dado o declínio de sua produção. Essa importância do estado fluminense na economia do país é considerada relativa, pois sua participação é menor devido ao crescimento da produção paulista, seguida da constituição de um complexo comercial naquele estado.

A dinâmica industrial regional fluminense segue uma linha dupla, rica e em expansão, ao mesmo tempo em região fundamentalmente escravocrata, impedindo ou pelo menos retardando consideravelmente a criação de uma força local de consumo, uma vez que sem renda, os trabalhadores escravos não participariam dessa força consumidora em potencial.

Mas é relevante observar-se, que ainda segundo LOUREIRO (2006), o Rio de Janeiro se mantém como o grande centro urbano nacional, especialmente devido a atividade comercial portuária que segue extremamente importante. De fato, em 1930 a população paulista é pouco mais que a metade da fluminense. Logo, o Rio de Janeiro ainda mantém sua centralidade acima de qualquer outra cidade, tanto político-administrativa quanto urbana.

LOUREIRO (2006), de tal forma, aborda em paralelo a tese, onde o Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que constrói sua centralidade política e econômica, passa a perder relevância e participação industrial. Essa perda da centralidade industrial é o que se discutirá a seguir.

Complementarmente, CANO (1977), defende que com o fim do tráfico de escravos e a entrada de estrangeiros, haveria um desenvolvimento do mercado interno fluminense, uma vez que

seria possível a ampliação do mercado consumidor em consequência do aumento da mão-de-obra assalariada, reforçando a idéia geral da fragilidade econômica fundada em mão-de-obra escrava.

No entanto, o estado fluminense não tem tanto tempo para corrigir essas distorções, e com a ascensão da cafeicultura paulista, inicia-se um forte declínio cafeeiro na economia fluminense. Os custos elevados da economia cafeeira fluminense, devido a manutenção de sua cultura escravocrata, não permitem uma ampliação do mercado interno, e conseqüentemente freiam a expansão doméstica. Além do que, não houve investimentos no que tange à melhoria da produtividade – CANO (1977). Logo, estes efeitos só não se tornaram muito mais graves, pois foram amenizados devido importância de seu centro comercial e urbano, alinhando a teoria de LOUREIRO (2006).

A condição de capital política e econômica era um importante componente para o desenvolvimento local da cidade e sua sustentação financeira. Portanto, verifica-se claramente que:

“as funções de centro comercial e financeiro e sede da administração federal, aliadas aos gastos do Estado no investimento da infra-estrutura local, deram contribuição decisiva para a manutenção da cidade do Rio de Janeiro como um pólo de atração para negócios e pessoas.” (MELO, 2001, p.224).

A produtividade decrescente do café no Rio de Janeiro foi fator determinante para o fim do seu cultivo no território fluminense. Porém, essa decadência do café não se refletiu de imediato nas elites, que destinaram seus recursos a negócios comerciais e financeiros, o que reforçou a formação de um mercado interno abrangente, que aliada à condição logística fluminense e o fato desta ser sede do governo, transformaram o Rio de Janeiro em berço da implantação da indústria moderna.

1.3 – Expansão e Perda Relativa da Indústria

Com o declínio da economia escravocrata e a adoção da mão-de-obra livre e assalariada, além da adoção de projetos industriais, devido ao capital financeiro ter que aplicar seus investimentos em outras áreas, deu-se início no Rio de Janeiro a uma forte expansão industrial, principalmente no setor têxtil que já atingia um mercado interestadual. Os demais setores, como metalúrgico, químico e alimentício, ainda eram voltados apenas ao mercado local. Essas indústrias

representavam apenas 10% dos estabelecimentos, mas 60% do capital instalado na região fluminense SILVA (2004). No início do século XX, já estava concentrado no Rio de Janeiro um forte parque industrial, com ênfase nos setores têxteis e alimentícios.

Essa condição de indústria moderna pode ser requalificada por volta de 1920, onde a indústria fluminense perde espaço para a paulista, dotada de um parque industrial mais moderno e avançado tecnologicamente. A economia fluminense era altamente diversificada, mas muitos de seus setores eram compostos por pequenas empresas. A paulista investia em novos setores e com emprego de alta tecnologia. O mercado interno fluminense claramente cresce menos que o paulista, o que deu origem a um processo de esvaziamento, uma vez que empresas que antes se instalavam no Rio de Janeiro mudam para São Paulo SILVA (2004). De acordo com SILVA (2004) “[...] a economia paulista foi aumentando, progressivamente sua importância na economia nacional, tornando-se o mais importante centro polarizador de recursos humanos e produtivos do país.”

Porém, ao contrário do que se pensa, não houve queda do crescimento da economia fluminense. Esta continuou crescendo, porém, a taxas menores que a economia paulista e muitas vezes nacional. Esse é um entendimento comum da bibliografia consultada, com aspectos divergentes, mas é comum o entendimento desse esvaziamento relativo. É uma releitura da história do copo meio cheio, meio vazio, depende de quem olha, pois ainda que crescendo, o Rio de Janeiro passa a ter uma relevância relativamente menor, nacionalmente. Outros autores abordam com otimismo o fato de que mesmo perdendo participação para São Paulo, o Rio de Janeiro continua a ter um expressivo crescimento.

Dessa forma, o que se tem de fato, pode ser entendido como um padrão de industrialização heterogêneo, já que é inegável o crescimento industrial fluminense a taxas elevadas no período, porém tem-se que avaliar a dinâmica industrial regional fluminense. Pois pode-se observar no decorrer dos anos, a representatividade fluminense sendo substituída pela paulista a partir de 1919 conforme ilustra a tabela:

Tabela 3

Produção Industrial (em % a.a)

<i>Região</i>	<i>1907</i>	<i>1919</i>
Rio de Janeiro	37,6%	28,5%
São Paulo	16,1%	30,0%

Fonte: Silva (2004)

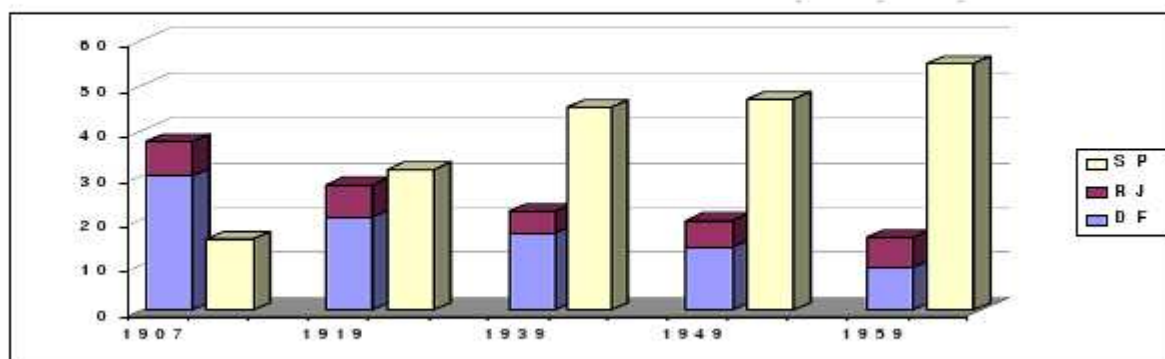
A indústria fluminense perdeu espaço para a paulista, principalmente porque esta última possuía um maior dinamismo tecnológico e ingresso de novos setores atuantes. O crescimento paulista se baseia em 1919, na ampliação da sua área de mercado, inicialmente, fundado em industrialização de escala e de produtos oferecidos ao mercado sem similares nas demais regiões – incluindo, mas não exclusivamente, a região fluminense. Crescem ainda como observa-se em mais detalhes, atividades complementares e de apoio a essas novas indústrias, como as atividades metalúrgicas, mecânicas e químicas.

Além do que, a economia fluminense possuía custos muito elevados devido a dependência de insumos produzidos em outras regiões. Então, apesar de ser ultrapassada por São Paulo no que tange ao crescimento, a região fluminense ainda cresce, porém em um ritmo mais lento, se tornando uma indústria complementar à paulista. Esse crescimento de indústrias na região fluminense deu-se em decorrência de seu dinamismo econômico e financeiro, mesmo posteriormente à crise do café.

Essa idéia é complementada por CANO (1977) que aponta que apesar de representante da indústria moderna, a região fluminense perde lugar para a paulista, o que fica evidente na sua menor competitividade e no seu lento ritmo de crescimento em relação à produção paulista. Isso tudo se deu por causa das raízes escravocratas da economia fluminense, da separação entre a capital e o interior do estado e devido a dificuldade de acesso a matérias primas. Logo, há uma consolidação do centro industrial em São Paulo às vésperas do término da primeira guerra mundial, quando a economia paulista desponta com uma indústria a preços mais baixos e uma agricultura caracterizada por uma das mais modernas do país. Fica evidente portanto, o fim da superioridade econômica fluminense e a transferência do centro econômico nacional para São Paulo. O desenvolvimento industrial fluminense passa a ser subordinado e complementar à indústria paulista.

Gráfico 1

Participação do Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo no valor bruto da produção (VPB) da indústria brasileira nos anos respectivos de 1907, 1919, 1939, 1949 e 1959.



Fonte: Cano (1977)

A dinâmica da indústria combina economias de escala e de aglomeração, vantagens logísticas e ganhos de interação entre indústrias. A indústria paulista combinou produtividade e externalidades positivas. No Rio de Janeiro, como a área de mercado é menor, temos menores economias de escala e menos interação industrial. Apesar disso, o mercado local perdura expressivo e crescente, mas em ritmo inferior ao paulista. Essa idéia da redução relativa da participação fluminense na economia do país perdura na bibliografia consultada fortemente.

É comum entre alguns autores a idéia que São Paulo cresce fundamentalmente em base ao capital privado, enquanto o Rio de Janeiro se funda em capital público. Efetivamente, o Estado é um ator muito mais presente na industrialização fluminense do que na paulista. Essa idéia é relativizada por outros autores, que põem em evidência o papel central do estado no processo de industrialização por substituição de importação, e o fato de que São Paulo se beneficiou de políticas públicas nacionais acima dos demais. Especialmente por estar antecipadamente preparado.

Como não poderia ser diferente, os autores consultados acordam que a indústria fluminense de tal forma, perdeu bastante participação não apenas na renda, mas também no PIB nacional em setores como de produção e serviços. E isso em meio a um processo de desenvolvimento da economia nacional.

São Paulo, já na época do café, deu um passo a frente, no que tange a formação de um

mercado consumidor interno a partir da adoção composta da mão-de-obra assalariada. Uma vez que os imigrantes recebiam salários, e ao contrário dos escravos, puderam ser um importante componente de construção de um mercado interno.

O Rio de Janeiro possuía uma urbanização sem industrialização, pois apesar do intenso fluxo migratório para esta cidade, devido as suas raízes modernas e culturais, a estrutura da cidade não foi suficientemente acompanhada de industrialização, o que dificultava a formação de uma classe trabalhadora assalariada CANO (1977). Logo, a atividade industrial formada no Rio de Janeiro, era composta de pequenas manufaturas, enquanto que São Paulo já possuía indústrias com emprego de novas tecnologias. As empresas então, em vez de se instalarem no Rio de Janeiro, tinham por preferência a capital paulista.

Em síntese, ao fim da fase primário exportadora, o dinamismo comercial e financeiro do Rio de Janeiro e a riqueza trazida pelo café, tornaram este o local ideal para o desenvolvimento da indústria. Mas a expansão e consolidação do complexo cafeeiro paulista e de seu mercado interno, criaram importantes vantagens locais para as empresas em São Paulo. Porém, essa perda da primazia industrial para São Paulo, foi atenuada pelo fato de o Rio de Janeiro ser o centro político, administrativo e financeiro do país, sede de grandes empresas estatais e financeiras.

Portanto, de acordo com LOUREIRO (2006) o Estado do Rio de Janeiro culmina com a construção de sua centralidade política e econômica, ao mesmo tempo que em paralelo, este estado perde relevância e primazia industrial para São Paulo; o que dá origem a perda da centralidade industrial fluminense para a região paulista, onde São Paulo se consolida como o mais importante centro industrial do país, conforme será discutido posteriormente.

CAPÍTULO II – DECLÍNIO RELATIVO NA PARTICIPAÇÃO DA ECONOMIA FLUMINENSE

Até o início do século XX, o Estado do Rio de Janeiro detinha importante participação econômica. Porém, esse cenário começa a mudar com o início da primeira guerra mundial, pois frente às dificuldades de importação tornava-se necessário produzir no país alguns dos produtos antes importados, e é nesse processo que a indústria paulista se consolida em sua posição de centro industrial. Com isso, surge o processo de substituição de importação que se originou com a quebra da bolsa americana em 1929, e deu origem à formação de um parque industrial brasileiro, focado principalmente em bens de consumo não-duráveis. Essa substituição de produtos antes importados por produtos de origem nacional favoreceu o desenvolvimento da industrialização. Essa industrialização pode ser decomposta em quatro fases: a primeira fase abrange o período de industrialização restringida que ocorreu entre 1930-55, a segunda fase retrata a indústria de base ou indústria pesada que deu-se entre 1956-80, a terceira fase retrata o "milagre econômico brasileiro" ocorrido entre 1968-74 e por fim, a última fase refere-se ao II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) que ocorreu entre 1975-79 em virtude do choque do petróleo. Nesse período do desenvolvimento da indústria, São Paulo desponta como centro industrial, uma vez que a região fluminense não possuía um mercado interno desenvolvido por causa de suas raízes culturais, o que não ocorre com São Paulo, que fortaleceu seu mercado interno com a presença de mão-de-obra imigrante. Isso levou à consolidação da concentração industrial em São Paulo, isto porque enquanto o Estado do Rio de Janeiro detinha grande presença de indústria de bens de consumo e intermediários, São Paulo possuía investimentos em bens de consumo duráveis e bens de capital. A economia fluminense, portanto tirou menos partido do processo de industrialização, mesmo posteriormente, com a implantação de uma indústria de base do porte da Companhia Siderúrgica Nacional no Estado do Rio de Janeiro. Além do que, enquanto o Estado do Rio de Janeiro detinha participação de capital estatal, a capital paulista detinha grande participação do capital privado. Logo, o Estado do Rio de Janeiro perde participação relativa na renda e no PIB nacional, onde a região fluminense sofre de forte declínio frente ao desenvolvimento nacional, principalmente quando comparado à São Paulo.

II.1 – Perda de Centralidade Industrial do Estado do Rio de Janeiro

Até o início do século XX, a liderança e o pioneirismo produtivo nacional eram fluminense. E os setores de metalurgia, alimentação, química e têxtil eram os que se destacavam em especial. Essa centralidade fica clara de acordo com PIGNATON (1977), que aponta que em 1907, o Rio de Janeiro representava 37,6% da produção industrial contra 16,1% dos paulistas, enquanto o investimento de capital na industrialização representava apenas 19,5% em São Paulo contra 38,7% da capital fluminense. Ou seja, tanto a produção de fato, quanto os investimentos eram absolutamente realizados na região do Distrito Federal, no caso o Rio de Janeiro, a capital brasileira.

No entanto, esse cenário começa a mudar claramente no período da primeira guerra mundial, quando enfrentou-se dificuldades de abastecimento e os empresários passaram a fabricar alguns produtos no país. Entende-se que na capital federal, o nível do capital empregado pela indústria manteve-se relativamente estável PIGNATON (1977). Ou seja, mesmo não havendo declínio na atividade industrial, a participação reduziu-se no período supracitado.

Tabela 4

Produção Industrial (Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro)

<i>Região</i>	<i>1907</i>	<i>1919</i>
Rio de Janeiro	37,60% (30% +7,6%)	28,50% (22,3% + 6,2%)
São Paulo	16,10%	30,00%

Fonte: Pignaton (1977)

Ao analisar a participação relativa do número de estabelecimentos industriais sediados, verifica-se que o avanço paulista é impressionante no período de 1907 a 1919. E a participação do Estado do Rio de Janeiro e distrito do Rio de Janeiro juntas, apesar de não diminuírem de fato, na relação proporcional cai de 30% para 22,3% (Distrito Federal) e de 7,6% para 6,2% (Estado do Rio de Janeiro).

Em primeiro lugar, é relevante mencionar que diversos autores apontam causas distintas para essa passagem da centralidade industrial para São Paulo. De toda forma, a maior parte dos autores concordam que a perda da centralidade é relativa, indicando que apesar de o Rio de Janeiro ter crescido bem, porém apenas menos comparado a São Paulo ou ao nível nacional, é o crescimento agressivo dos paulistas que torna este mais representativo na indústria brasileira. Avaliando-se as principais causas apontadas até então, chega-se a determinadas conclusões.

Em primeiro lugar, em 1907 a indústria de São Paulo já estava em expansão iniciada. Uma grande concentração dos investimentos aparenta ter ocorrido entre a metade da primeira década e o início da Primeira Guerra Mundial, onde aconteceu a significativa expansão na importação de máquinas e equipamentos para a indústria VERSIANI (1993).

É esse potencial aumento no poder de importação de máquinas e equipamentos industriais que PIGNATON (1977) e VERSIANI (1993) concordam, acrescentando ainda o aumento da exportação de café e borracha. Já a indústria no Rio de Janeiro era diversificada, e essa diversificação refletia a necessidade da demanda local. Mesmo a diversificação estendendo-se a segmentos frágeis da indústria, atender a demanda local justificava tal diversificação.

Devido a Primeira Guerra, a indústria foi afetada pelas dificuldades de importação, porém vários setores funcionavam a plena capacidade, facilitando a consolidação paulista em relação a sua posição de centro industrial. Desde então como atesta MELO e CONSIDERA (1986, op.cit: 423), a indústria carioca *“processou-se em um caráter subordinado, isto é, como uma estrutura complementar à indústria paulista.”*

Mesmo nos mercados locais, a indústria fluminense passou a sofrer concorrência da indústria paulista. Na primeira guerra, por exemplo, os gêneros alimentícios e de tecidos consumidos no Rio de Janeiro eram abastecidos pela indústria de São Paulo.

A acumulação da economia escravista cafeeira da qual tanto se apoiava o Rio de Janeiro foi outro fator que limitou a expansão do mercado interno, que segundo CANO (1977), teve condições de crescer no mesmo ritmo que o paulista, mas não o fez devido a esse fato da cultura escravocrata,

que não favorecia a industrialização local.

No entanto, para LEOPOLDI (1986), a derrocada da indústria cafeeira fluminense não é motivo suficiente para tal retrocesso industrial. Ela enfatiza que a cultura agrícola fora mal conduzida, ao ponto de todo o setor primário fluminense ser fragilizado, e ainda que excluíssemos a cafeicultura dessa análise, a fragilidade dar-se-ia da mesma forma. A topografia, a qualidade do solo fluminense e a falta de interesse empresarial são apontadas pela autora como os principais entraves, que tiveram como consequência solos dilapidados por uso intenso e de baixa técnica, sem técnicas de adubamento ou reposição de qualidade do solo. A escassez de matérias-primas ocorrida no momento em que as indústrias de outras unidades federativas começaram a se especializar também influenciou negativamente a atividade no campo fluminense.

Segundo LESSA (2002), havia ainda um fator político. Este afirma que o Rio de Janeiro enquanto Distrito Federal não se opunha ou conflitava com as decisões industriais de outros estados, a ponto de abrir mão de certas culturas e atividades para evitar conflitos regionais com capixabas e paulistas, por exemplo. Posição esta que poderia ser arcada enquanto capital, mas que mais tarde lhe custaria caro, quando da perda da capitalidade, pois não servia e não priorizava os interesses regionais do Rio de Janeiro. Ou seja, a posição política de não conflitar industrialmente com outras regiões por ser a capital federal teria como consequência a fragilidade econômico-industrial quando o Rio de Janeiro perdesse essa posição – deixando de ser capital.

Então a linha de raciocínio forma um ciclo de retrocesso de poder econômico, pois a fragilidade agrícola, fosse devido ao solo ruim, fosse devido ao protecionismo regional, fosse devido à exploração sem técnica e inconseqüente do solo, teria como consequência não apenas um esvaziamento industrial, mas também o fato desta fragilidade não permitir o crescimento do mercado interno regional. O Estado do Rio de Janeiro produzia poucas matérias-primas, o que tornava a indústria dependente de outras fontes de abastecimento mais caras. Isso afetava a competitividade fluminense, uma vez que elevava os custos industriais. O Estado do Rio de Janeiro então precisava comprar os bens de consumo agrícola ou industrializados, e dessa forma o dinheiro era vazado para outros estados produtores, pois o Rio de Janeiro passava a industrializar ou plantar a menor parte do que era consumido, se tornando uma região consumidora desses bens.

O trabalho assalariado no Estado do Rio de Janeiro, fundava-se essencialmente em atividades urbanas de serviço ou fundamentos de manutenção do estado, como ferrovias, transporte urbano, serviço público, estrutura militar, exército e marinha. Esse fato culmina no conclusivo censo demográfico que indica que em 1919 a população fluminense com ocupação estava concentrada 61,6% em atividades do setor de serviços, sendo 15% destas, serviço doméstico.

Finalmente, a maior parte das indústrias de bens intermediários e de bens de capital se concentravam no Estado do Rio de Janeiro. Porém, essas indústrias ainda eram pouco expressivas no período. Para alguns autores portanto, o Rio de Janeiro se encontraria naquele instante, “*sem condições dinâmicas de incorporar-se ao processo de industrialização por substituição de importações.*” (MELO e CONTRERAS, 1988, p. 433).

II.2 - Processo de Substituição de Importação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

No início do século XX, a economia fluminense, assim como a brasileira, era basicamente agro-exportadora, ou seja, exportadora de produtos primários e importadora de produtos manufaturados, necessários ao consumo ou destinados à produção cafeeira. Porém, tais importações dependiam do preço e da quantidade a ser exportada para os outros países.

O principal responsável pelo destaque fluminense na exportação e que despontava no setor agro-exportador era o café. Ou seja, as importações dependiam basicamente da exportação do café, assim como a geração interna da renda. Logo, quando em 1929 deu-se o *crash* na Bolsa de Valores de Nova York, as importações ficaram comprometidas, uma vez que com a crise que se alastrava mundialmente, a procura por café por parte dos países estrangeiros se tornava cada vez mais escassa. Assim, o excedente de café a cada dia se ampliava e as importações se tornavam mais limitadas.

Então, como alternativa para contornar a crise, em 1930 consagrou-se o ano da revolução industrial, que tornou-se o cerne da política econômica, no qual se estabelecia o início de um longo processo de substituição de importações, onde frente a dificuldade de importar, a economia brasileira passava a fabricar os seus próprios produtos.

Desde a crise de 1929, que se inicia o processo de declínio da cafeicultura brasileira, e marca-se o processo de transição da cafeicultura para a indústria, como locomotivas da economia. Logo, São Paulo assume o papel de principal centro industrial do país, devido a forte presença de mão-de-obra assalariada, caracterizada pela mão-de-obra livre, vinda dos imigrantes, o que deu formação a um importante complexo cafeeiro nesta região. Além do que, essa mão-de-obra livre e assalariada tornou-se um fator essencial para a indústria nascente, uma vez que criava um nível de demanda e a possibilidade de ampliação do mercado interno. Isso fez com que nesse ponto, a economia fluminense ficasse para trás, devido a dificuldade de estabelecer um mercado interno na região por conta de suas raízes escravistas.

A crise de 1929 deu origem a uma crise de superprodução no setor cafeeiro, onde se verificava um grande aumento de estoques e declínio vertiginoso nos preços do café. Associado a essa dificuldade de exportar produtos, havia a queda das importações. Isso estimulou uma produção de produtos de bens de consumo não-duráveis em território nacional, sobretudo devido a transferência de capitais do café para a indústria. Portanto, o declínio cafeeiro fortaleceu a indústria, devido a transferência do capital cafeeiro - que já não era mais lucrativo - para o setor industrial. Aliado a um aumento de demanda interna foram pontos considerados essenciais para o desenvolvimento do processo de industrialização.

Esse processo de industrialização por substituição de importação de bens de consumo não-duráveis permitiu a substituição de produtos antes importados, por produtos de origem nacional. Durante a década de 30, essa indústria crescia amplamente. Porém, apesar do amplo processo de industrialização nacional, o Rio de Janeiro crescia menos do que a economia paulista. Esta é a base da idéia de perda econômica relativa abordada por muitos autores.

No caso do Rio de Janeiro, os investimentos públicos desempenharam um papel mais expressivo, em particular a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e depois a REDUC, complementadas pelo forte apoio à construção naval que abordaremos ao longo deste trabalho.

O capital industrial privado era menos dinâmico no Rio de Janeiro, mas essa dinâmica mista, público-privada ainda manteria o estado na segunda posição da indústria nacional durante toda a era

de industrialização por substituição de importação, o que é expressivo no contexto em que se apresenta, e especialmente devido ao fato do estado paulista ter uma influência relativamente menor na participação dos demais estados – o fluminense é o menos afetado deles devido a sua inegável força local.

Em complemento, é fundamental observar-se ainda, que a substituição de importações passa a enfraquecer o setor comercial e exportador/importador do Rio de Janeiro. As exportações passam a acontecer, sobretudo por Santos e as importações diminuem em volume, e quando se trata de máquinas e equipamentos, passam a entrar no país também pelo porto de Santos. As estradas que são construídas se impõem sobre o comércio de cabotagem que partia do Rio de Janeiro para uma ampla região.

De acordo com CANO (2007), durante a fase de industrialização restringida, processo que ocorreu entre 1930-55 e que se caracterizou pela autonomia e superação da indústria frente à agricultura, houve um agravamento da concentração industrial em São Paulo. Dentre os ramos das indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo, um dos maiores perdedores foi o Estado do Rio de Janeiro, que mais sofreu, assim como na indústria de bens intermediários, nesse período de 1939-49. Apesar de este período ser bastante significativo em termos de indústria nacional, o Estado do Rio de Janeiro é um dos que mais perdem importância econômica relativa desde a primeira guerra mundial.

A consolidação dessa concentração industrial em São Paulo, dá-se durante o período da industrialização pesada que se inicia em 1956 - caracterizado pelo desenvolvimento da indústria automobilística - onde há enorme concentração de novas indústrias, principalmente de bens de capital e bens de consumo duráveis na capital paulista. No Rio de Janeiro, predomina a indústria de bens intermediários, apesar de algumas exceções como a construção naval, por exemplo. Essa fase da industrialização pesada subdivide-se no período 1956-61 que é marcado por forte tentativa de crescimento e no período de 1968-74 já na denominada fase do milagre econômico brasileiro, que ocorria pelas elevadas taxas de crescimento brasileiras, superiores a 10% a.a. Nessa fase do milagre econômico, ocorre um processo de desconcentração relativa da produção industrial no Brasil que se caracteriza pela implantação de atividades industriais na periferia, em particular as de base agrícola e mineral DINIZ (2006). Isso fez crescer ainda o grau de concentração paulista em indústrias menos complexas, como a de bens de consumo não-duráveis, ampliando a concorrência dos bens

intermediários no Rio de Janeiro CANO (2007). “[...] *essa massa de produção de bens de consumo não-durável em São Paulo foi apenas ligeiramente inferior ao acréscimo dos bens intermediários e dos bens de consumo durável e de capital que ali foram produzidos.*” (CANO, 2007, p. 104).

Dessa forma, a importância relativa do Estado do Rio de Janeiro na estrutura de produção industrial nacional diminuiu e a integração da economia fluminense à economia brasileira se tornou bastante fragilizada, uma vez que a participação da produção fluminense de bens intermediários passa a sofrer concorrência de outros estados.

Segundo SILVA (2004), essa perda de participação em 1956 para a economia paulista, continuou ocorrendo porque na capital fluminense tinham ênfase as indústrias de base e bens intermediários, enquanto que a capital paulista recebia os setores de tecnologia mais modernos, o que a fez despontar na indústria eletrônica e automobilística. Enquanto que o Rio de Janeiro não conseguia fazer a passagem à produção de bens de consumo durável e de capital.

Portanto, há uma queda da participação econômica relativa do Estado do Rio de Janeiro em todos os períodos, que marcam desde a fase da industrialização restringida de 1930-55, até o período de implantação da indústria pesada e do milagre econômico que abrange 1956-80. Essa queda apesar de ser mais expressiva na industrialização restringida e posteriormente na época do milagre, é relativamente menor na fase da industrialização pesada. Dessa forma pode-se falar em continuidade do esvaziamento econômico relativo.

A economia fluminense devido às suas indústrias de base detinha grande presença de capital estatal. Mas obteve grande perda no Valor de Transformação Industrial (VTI) devido às suas indústrias de bens de consumo não-duráveis, que foram as indústrias que apresentaram as maiores perdas econômicas relativas. Assim como as indústrias de bens intermediários, presentes na economia fluminense e que também apresentaram decréscimos na participação econômica. Em compensação, as indústrias que mais se fortaleceram foram as de bens de consumo duráveis e de bens de capital, presentes principalmente na economia paulista (SILVA, 2004).

Tabela 5

Indicadores Industriais (%VTI)

<i>Região</i>	<i>1920</i>	<i>1940</i>	<i>1960</i>
Rio de Janeiro	27,7%	27,9%	20,9%
São Paulo	33,8%	38,6%	49,3%

Fonte: Silva (2004)

A economia fluminense não desenvolveu um setor de bens duráveis, o mais dinâmico da economia da época, e por isso apresentava um ritmo de crescimento menor do que o paulista e até mesmo o nacional. Por isso, a participação na renda da economia fluminense decrescia em comparação a paulista. Mas ainda assim, sua indústria crescia acompanhando o ritmo do crescimento nacional.

Tabela 6

ERJ: Taxas de Crescimento do Produto (1939-1980)

<i>Região</i>	<i>Agropecuária</i>	<i>Indústria</i>	<i>Serviço</i>
RJ	2,2%	6,9%	5,8%
SP	3,0%	9,8%	7,0%
BR-SPRJ	4,8%	9,4%	7,2%
Brasil	4,4%	9,1%	6,8%

Fonte: Silva (2004)

Nesse período, uma característica marcante do processo de industrialização por substituição de importação, é a de que a exportação deixa de ser o principal fator de desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, dando origem aos investimentos. O Rio de Janeiro respondia com uma indústria de bens de consumo não duráveis e bens intermediários, enquanto que São Paulo, por exemplo, surpreendia com uma indústria de alta tecnologia. A indústria fluminense se especializou em setores de tecnologia antiga enquanto que seu principal concorrente

fundamentava seu crescimento em um parque industrial mais moderno e expandindo seus setores "de ponta", de acordo com DAIN (1990).

O Rio de Janeiro sofreu um declínio relativo nas indústrias químicas, mecânicas e metalúrgicas no período de 1939-1980, onde justamente a indústria paulista apresentava elevado crescimento. Já no período de 1949-1970, a economia fluminense apresentava crescimento econômico no setor de bebidas, que logo foi negativamente compensado no período posterior.

Em comparação, São Paulo apresenta forte crescimento no ramo de bebidas. A indústria madeireira fluminense foi outra que se manteve estagnada durante todo esse período. É observado ainda, o crescimento da indústria metalúrgica no Rio de Janeiro, porém somente no período que tange de 1939-1949, apresentando forte declínio da mesma nos períodos posteriores.

Tabela 7

**Taxas de Declínio, Estagnação e Crescimento Econômico Fluminense nos Períodos / Épocas
Analisadas Segundo Censos Industriais**

<i>Desempenho</i>	<i>1939-1949</i>	<i>1949-1970</i>	<i>1970-1980</i>
Declínio	Química, Bebidas	Metalúrgica, Química	Metalúrgica, Química, Mecânica
Estagnação	Madeira	Madeira, Mobiliário	Madeira, Farmácia, Bebidas
Crescimento	Metalurgia, Têxtil	Bebidas	Transportes, Vestimentas e Calçados

Fonte: IBGE (1940, 50, 60, 70, 80)

Portanto, em setores onde a economia fluminense perdeu dinamismo, a economia paulista cresceu vertiginosamente, e até mesmo em setores onde a economia fluminense teve crescente participação, como o setor de bebidas, a paulista também cresceu.

Tabela 8

Taxa de Crescimento do Setor / Indústria Paulista no Período de 1949-1970
Analisada Segundo Censo Industrial

<i>Setor / Indústria</i>	<i>Taxa de Crescimento SP</i>
Química	1856,00%
Metalurgia	677,00%
Bebidas	162,00%
Madeireira	189,00%

Fonte: IBGE (1950, 60, 70)

II.3 – Esvaziamento Econômico Relativo da Economia Fluminense

O esvaziamento econômico relativo se refere a uma crise gerada pela perda de participação na renda e no PIB na qual o Rio de Janeiro perde participação frente ao desenvolvimento da economia nacional, principalmente para São Paulo. Segundo SILVA (2004), entre os argumentos que impulsionam esse esvaziamento econômico no Rio de Janeiro, estão a urbanização, que deixa de ser concentrada na região fluminense.

Alguns autores como SILVA (2004) defendem que o Rio de Janeiro sofreu um declínio econômico que se aprofunda principalmente a partir da década de 50, uma vez que o crescimento da região fluminense permanece, porém em ritmo mais lento do que as demais regiões, acompanhando dessa forma, o progresso da industrialização nacional. Logo, não houve um esvaziamento econômico absoluto na região fluminense – reforçando a tese do esvaziamento econômico relativo também por esse autor.

Tabela 9

Distribuição do Produto Industrial Brasileiro em estados selecionados - Em %

Estados	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1985
PE	5,0	5,3	4,5	2,6	2,1	2,1	2,0
BA	-	1,3	1,3	1,7	2,5	4,0	5,2
MG	7,5	7,9	6,5	5,7	6,4	8,9	8,7
RJ	28,0	25,0	20,3	17,5	15,6	11,8	11,8
SP	35,0	39,4	48,9	55,5	58,1	47,0	44,0
PR	-	2,4	2,8	3,2	3,0	4,9	5,2
SC	-	2,2	2,4	2,2	2,6	4,0	3,6
RS	8,0	9,6	7,9	6,9	6,3	7,3	6,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

É notória segundo a tabela, a redução da participação relativa fluminense no PIB brasileiro, no que tange a todos os setores. No caso da indústria, entre 1930 e 1970, esta se reduz de 28% para pouco mais de 15%, enquanto que no mesmo período a indústria paulista saltava de um crescimento de 35% para quase 60%. Nas décadas posteriores, a indústria fluminense continua a perder peso relativo, enquanto que a paulista vinha crescendo cada vez mais. Em 1980, a participação do Rio de Janeiro chega a se reduzir a menos da metade quando comparado com a década de 40. Uma potencial fragilidade da tese do esvaziamento relativo, já que durante o período analisado, de 1930 até 1970, o único estado que não apresentava decréscimo relativo de sua economia, era São Paulo.

O cenário muda ainda mais com a implantação da indústria pesada – bens de consumo duráveis e de capital. Como esta se concentra quase que integralmente em São Paulo – economias de aglomeração e interação entre indústrias – já podemos falar em uma nova divisão nacional do trabalho. Os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais especializam-se em bens intermediários, em particular o petróleo e a siderurgia na região fluminense, consumidos principalmente pela indústria de bens finais de São Paulo. Porém, é interessante notar que as diferenças de taxa de crescimento industrial entre o Estado do Rio de Janeiro e São Paulo são menores no período 1956-70 quando comparadas à fase de industrialização restringida, mas as estruturais foram muito mais expressivas.

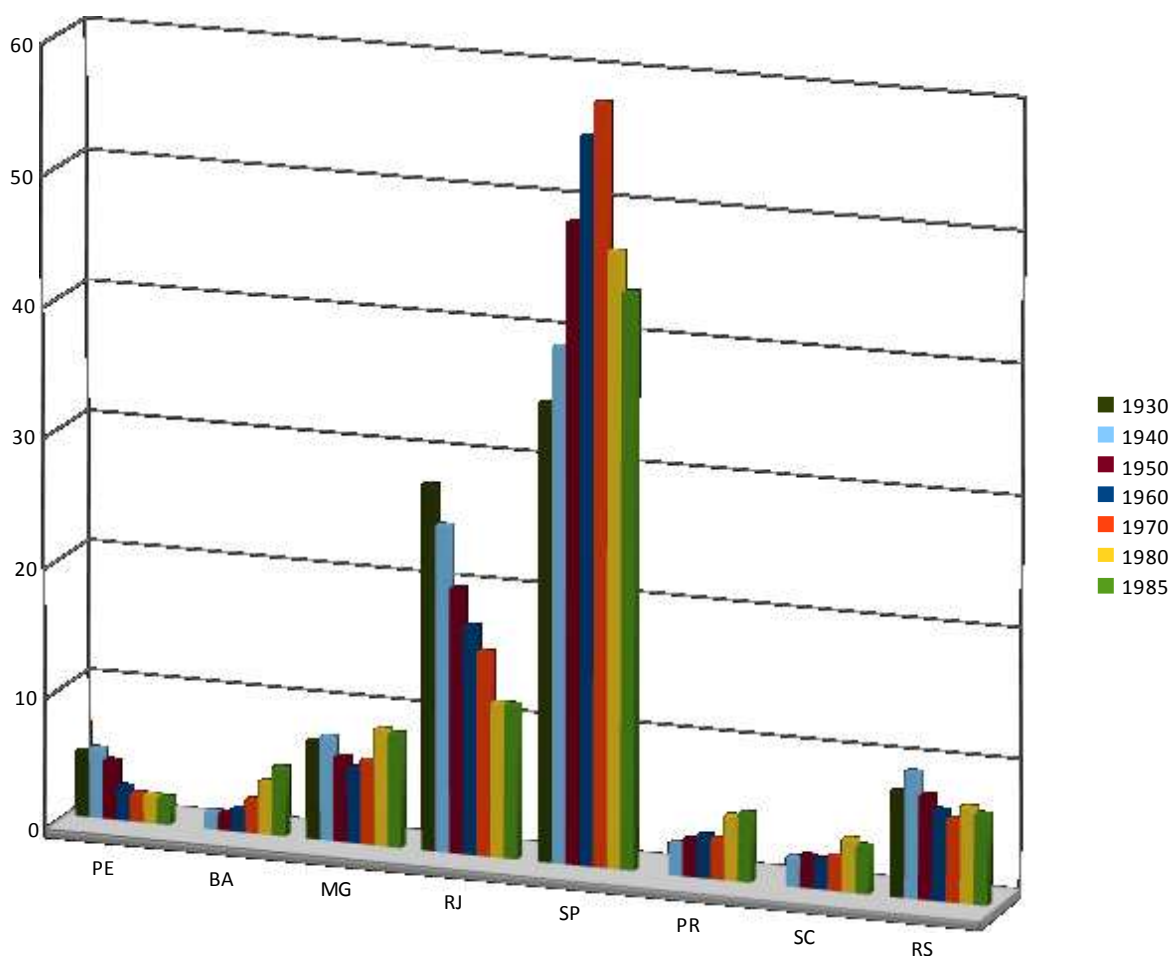
Isso faz alguns autores como SILVA (2004) e CANO (2007), afirmarem que o Rio de Janeiro trabalha para o Brasil e não para a sua economia, já que produz de fato para as indústrias paulistas, que se tornam seu principal mercado. Se não fosse esse mercado, aliás, o crescimento da indústria fluminense seria irremediavelmente ainda bem menor.

Porém, o Rio de Janeiro ainda mantinha o *status* de berço do poder até a década de 60, quando ocorre a transferência da capital para Brasília, mas essa transferência da capital apenas agrava ou torna visível uma crise que já existia antes NATAL (2004), ou seja, não é completamente expressiva, torna-se apenas mais notória conforme observa-se no gráfico 2.

Gráfico 2

Distribuição do Produto Industrial Brasileiro em Estados Seleccionados – Em %

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais



No entanto, a tese do crescimento relativo ou perda relativa da importância econômica defendida por diversos autores pode ser requalificada quando observamos os dados brutos da participação industrial fluminense e da participação do Rio de Janeiro no PIB nacional frente aos outros estados. Com base em dados estatísticos do governo, observamos na Tabela 9 e no Gráfico 2 que o Rio de Janeiro e demais estados tiveram um ritmo de crescimento abaixo do paulista, e mesmo apesar de continuar crescendo, a força desse crescimento não é tão expressiva quando comparado com a franca ascensão de São Paulo. Portanto, esse período de 1930-70 é essencialmente marcado pela forte concentração da produção industrial em São Paulo em detrimento dos estados mais industrializados após este último.

Já o Rio de Janeiro encontra apenas no período de 1980-1985 alguma estagnação, sendo um movimento de queda expressiva sua participação proporcional nacional, nos demais períodos em que São Paulo cresce. Minas Gerais consegue ascender expressivamente frente ao seu período até então dourado, na década de 40, e quase alcança a participação fluminense caso esse movimento continuasse.

Já outros estados como Bahia, Santa Catarina e Paraná tem um movimento claro de crescimento, mesmo que também ofuscado pela explosão econômica paulista, e seguem um ritmo similar ao movimento fluminense. Ou seja, pode-se notar que na década de 30 a 70, todos os estados apesar do crescimento, perdem participação relativa para São Paulo.

Dessa forma, mais do que a diminuição proporcional da relevância econômica fluminense, tem-se sim um processo de declínio, crescendo-se abaixo da média nacional muitas vezes, e diferente do que defendem alguns autores, esse crescimento não é expressivamente suficiente, e nem é apenas um crescimento pequeno relativo a São Paulo, pois é um crescimento menor relativo também a outros estados, ou seja, o Estado do Rio de Janeiro perde importância relativa para vários estados, sobretudo a partir de 1970, que é quando ocorre a desconcentração industrial brasileira, ratificando uma potencial tese do esvaziamento econômico relativo.

Durante a década de 80, o Estado do Rio de Janeiro passou por uma profunda crise, em um de seus piores momentos históricos. É nesse período que ocorre um aumento de suas fragilidades

econômicas. Com a desconcentração industrial ocorrida a partir dos anos 70, a economia fluminense passa a sofrer com a competitividade dos demais estados. O Rio de Janeiro apresentava uma forte deficiência industrial, segundo FONSECA (2006). O maior exemplo disso, era a CSN que nos anos 80 transformou-se em uma empresa ineficiente, assim como a Álcalis, e a FNM que não mais existia. Ao se referir à indústria naval, “*se em 1979 empregava 39.155 pessoas, em 1997 este número não chegava a 2.700.*” (PASIN, 2002, p.19).

Em fins dos anos 80, parecia ser difícil haver uma retomada da economia fluminense. As perdas contínuas na indústria e no setor de serviços provocaram a fragilização de ambos os setores, e a transferência da capital para Brasília reforçou essas fragilidades. Porém, apesar da fragilização da economia fluminense e da crise da década de 80, em meados dos anos 90, há uma notória inflexão econômica positiva em curso. Pois de toda forma, o Rio de Janeiro ainda era a segunda economia do país, com economias de aglomeração e vantagens locais acumuladas.

Segundo SILVA (2004), a indústria fluminense prossegue perdendo participação econômica até 1995 que é quando ocorre o processo de retomada da economia carioca. E esse processo de retomada, reflete ainda uma melhoria de sua participação relativa na economia brasileira. De acordo com FONSECA (2006), esses indícios de inflexão econômica positiva estão presentes na retomada da construção naval, no aumento da capacidade produtiva, na recuperação da CSN e na participação no comércio internacional.

Há então dois fatores exógenos - a descoberta do petróleo e o efeito China – e ainda, um terceiro fator em curso, que são a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que trazem uma possibilidade de revitalização de setores tradicionais e importantes da economia fluminense, como por exemplo, a siderurgia, o refino de petróleo, a construção naval e os portos, conforme abordado a seguir.

Conclusivamente neste capítulo, pode-se observar então, que a tese do esvaziamento econômico relativo é marcada por um período de continuidade, que abrange desde a fase de industrialização restringida até a época do milagre econômico brasileiro e se debruça sobre essa transformação na especialização da indústria brasileira, refletindo de fato o decréscimo realmente observado da relevância econômica fluminense, principalmente quando comparado a São Paulo e a

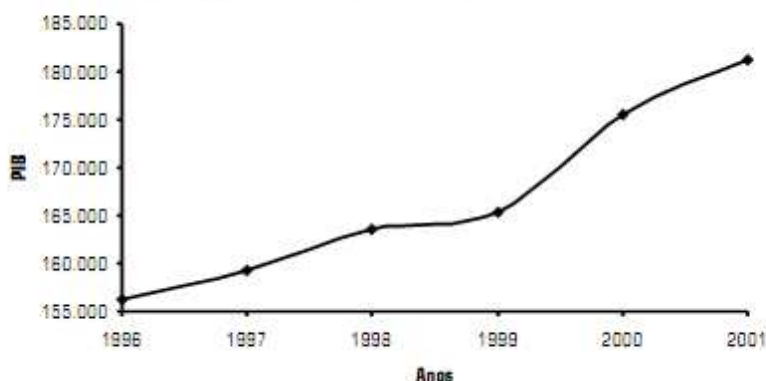
média nacional. Apesar de seu crescimento, a indústria do Estado do Rio de Janeiro perdeu continuamente participação relativa na produção industrial nacional e acabou se especializando na produção de bens intermediários, que mais tarde passou a sofrer concorrência de outros estados. Principalmente devido a política governamental de desconcentração da produção, a economia fluminense sofre a concorrência de outras economias estaduais beneficiadas por essas evoluções, diminuindo ainda mais a importância econômica fluminense na produção da indústria nacional DINIZ (2006). Porém, posteriormente fatores exógenos proporcionam um processo de retomada da economia fluminense, presente na superação de sua atividade produtiva e na maior competitividade fluminense, que apesar de ainda estar se articulando, indica uma potencial inflexão positiva dessa economia, uma vez que já reflete uma melhoria da participação relativa fluminense na economia brasileira conforme retratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – A RETOMADA DO PROCESSO ECONÔMICO-PRODUTIVO DA ECONOMIA FLUMINENSE

III.1 – Petróleo como Fator Básico da Inflexão Econômica Positiva (1995-2005)

A partir de meados da década de 90, o Estado do Rio de Janeiro passa a estabelecer um ponto de inflexão econômica positiva em sua trajetória de esvaziamento econômico relativo. Isso pode ser verificado de acordo com o gráfico abaixo, que mostra a inflexão desta economia no decorrer do tempo.

Gráfico 3 Evolução do PIB do Estado do Rio de Janeiro (1996-2001)



Fonte: IBGE

No período analisado, que mostra a inflexão econômica positiva fluminense, nota-se um aumento exacerbado da produção de petróleo e gás natural. A produção de petróleo, por exemplo, ultrapassa 80% da produção nacional conforme a tabela abaixo. Portanto, é exatamente este o fator básico da inflexão econômica positiva NATAL (2004).

Tabela 10 Evolução da produção de petróleo e gás natural do Estado do Rio de Janeiro (1995-2000)

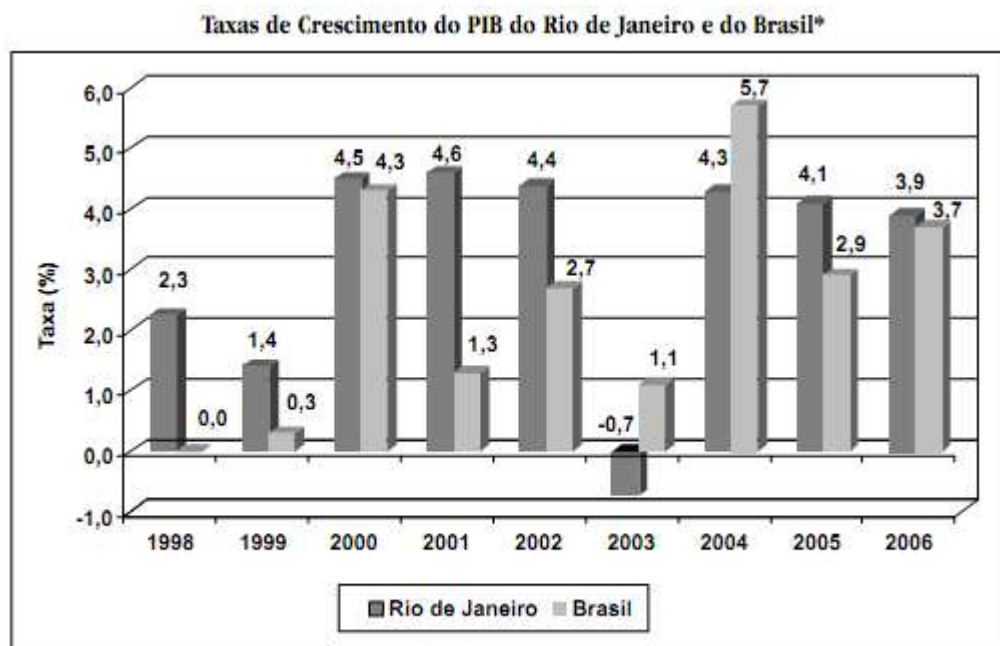
Anos	Produção de Petróleo (10 ³ m ³)			Produção de Gás Natural (10 ³ m ³)		
	Brasil	ERJ	ERJ/Brasil	Brasil	ERJ	ERJ/Brasil
1995	40.216	27.126	67,5	8.107	3.165	39,0
1996	45.606	31.294	68,6	9.214	3.577	38,8
1997	48.832	34.662	71,0	9.865	3.876	39,3
1998	56.587	41.647	73,6	10.833	4.544	41,9
1999	63.921	49.110	76,8	11.898	5.528	46,5
2000	71.844	57.037	79,4	13.328	5.721	42,9
2001	75.219	60.489	80,4	14.045	5.968	42,5
Variação % (2001/1995)	87,0	123,0	-	73,3	88,6	-

Fonte: DIEESE (2002, p. 148).

Isso se deu principalmente pelos avanços da extração de petróleo na Bacia de Campos, que é uma das maiores reservas produtoras de petróleo do país, e uma das maiores reservas de extração de petróleo do mundo. Dessa forma, 85% da produção de petróleo do Brasil tem como origem a Bacia de Campos, tornando o Rio de Janeiro o maior produtor de petróleo no país. De acordo com FERNANDES (2007), a indústria petrolífera representou um crescimento de 1368% no período compreendido de 1996-2004, o que representou um aumento de 50% na indústria extrativa e de transformação. Logo, o Estado do Rio de Janeiro ganhou importância econômica e passou a apresentar uma participação relevante no PIB nacional.

De acordo com FONSECA (2006), o PIB do Estado do Rio de Janeiro apresentou taxas superiores à média nacional de 1998-2006, com exceção apenas de 2003 e 2004. Isso demonstra a maior capacidade de competitividade fluminense em relação aos demais estados e também um aumento da capacidade de investimento na produção nesta região.

Gráfico 4



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e da Fundação CIDE.

* Produto Interno Bruto, a preço de mercado.

Ainda segundo FERNANDES (2007), o setor petrolífero gerou um aumento na demanda de empregos, representando um acréscimo de 59% nos empregos formais na região fluminense, contra 39% de aumento quando comparado à média nacional. Isso mostra que o setor de petróleo demanda uma forte quantidade de emprego na região fluminense, o que é um ponto extremamente favorável. A região de Macaé por exemplo, que concentra em sua principal atividade a extração petrolífera, ofertou mais da metade do total de vagas de emprego no Brasil em determinados ramos desta indústria do petróleo, atraindo desta forma inúmeros migrantes e trabalhadores especializados. FONSECA (2006).

No que se refere ao volume de investimentos, o Estado do Rio de Janeiro que antes ocupava a segunda posição nacional, pois São Paulo despontava na primeira colocação, passou a representar o primeiro colocado no que tange aos investimentos em infra-estrutura FERNANDES (2007). Ainda segundo este autor, quanto à exportação, os produtos mais exportados estão relacionados à indústria de petróleo. E das cinco maiores empresas exportadoras na região, três estão relacionadas à indústria de petróleo, como é o caso da Petrobras, Petrobras Distribuidora e Shell Brasil.

Tabela 11

Demonstração das Principais Empresas Exportadoras do Estado do Rio de Janeiro							
Principais Empresas Exportadoras	Exportações de Mercadorias Produzidas (FOB US\$ mil)						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	1.782.305	1.640.816	1.839.493	2.403.626	3.655.835	4.844.113	7.025.171
Petróleo Brasileiro S.A.	192.840	187.969	442.112	1.155.214	2.209.362	2.548.527	2.491.548
Halliburton Produtos Ltda.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	1.176.414
Companhia Siderúrgica Nacional	427.399	375.572	352.184	206.307	377.987	614.233	705.104
Shell Brasil Ltda.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	38.886	475.371
Petrobrás Distribuidora S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	250.807	345.273
Peugeot do Brasil Automóveis Ltda.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	41.741	112.672
Valesul Alumínio S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	61.184	87.140	98.978
Volkswagen do Brasil Ltda.	7.567	27.180	36.497	23.511	29.519	50.958	96.253
Mauá Jurong S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	92.307
Companhia Brasileira de Pneumáticos Michelin	53.032	43.949	49.203	43.179	22.900	55.587	65.742
Gerdau Açominas S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	65.563
U T C Engenharia S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	17.942	55.234
Petroflex Indústria e Comércio	25.011	31.035	35.171	31.171	32.930	52.234	51.141
H.Stern Comércio e Indústria S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	34.996	48.229
Bayer do Brasil S.A.	28.139	25.740	25.919	13.186	15.523	16.624	19.337
Demais Empresas	1.023.683	901.426	837.471	852.457	861.265	1.034.439	1.126.007

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior, Departamento de Operações de Comércio Exterior.
Obs.: n.r. (não revelado).

Logo, o petróleo foi o fator primordial da retomada econômica fluminense, visto que este foi o ponto essencial para recolocar o Estado do Rio de Janeiro de volta ao cenário nacional. No entanto, NATAL (2004) ressalva que a “*economia fluminense, apesar da positiva inflexão econômica, apreendida por indicadores diversos, tais como grau de utilização da capacidade produtiva etc., tem se mostrado extremamente dependente das rendas provenientes do setor de petróleo.*”

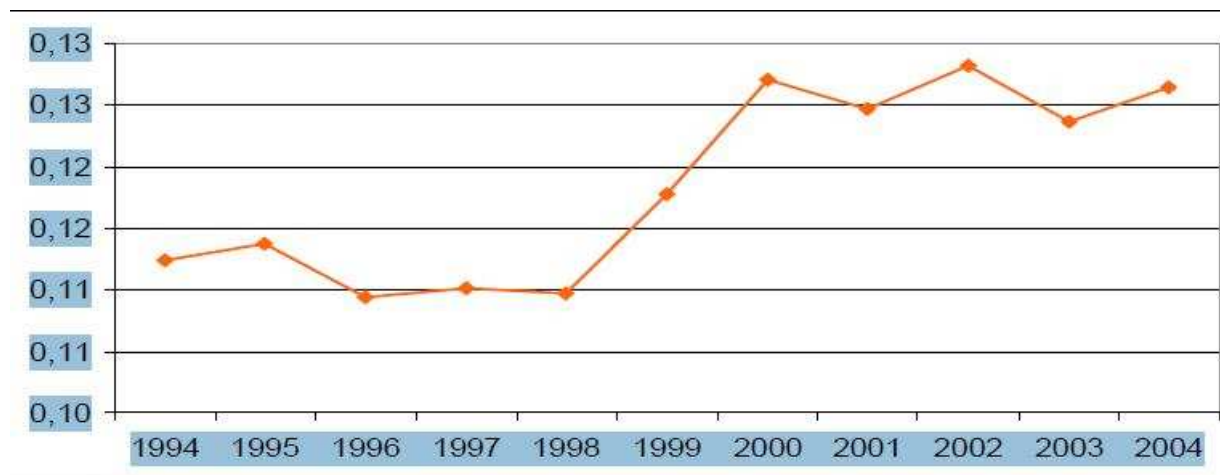
É importante lembrar ainda que NATAL (2004) já demonstrava preocupação com o fato de que essa transferência de recursos (*royalties*) poderia ser alterada com uma “canetada” política, causando risco de impor perdas significativas não apenas para algumas regiões, mas para o estado como um todo. Pois havia o eminente risco criado pela Câmara dos Deputados de ter-se que dividir esses *royalties* e os vindouros com todo o país, especialmente fundados na exploração de novas fontes de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, devido aos potenciais extrativistas das novas descobertas na chamada região do pré-sal, que engloba o litoral fluminense, o paulista (Bacia de Santos) e o capixaba - os mais positivamente afetados pelos potenciais pagamentos de direitos exploratórios. Na época, o então Presidente da República, Luis Inácio “Lula” da Silva apresentou predisposição para vetar essa decisão caso aprovada no Senado, salvaguardando interesses regionais desses estados contra o interesse dos demais estados do país, inclusive os mais pobres, como os da região Norte e Nordeste.

No entanto, outros governos, outros mandatos virão, ocasionando risco para o Estado do Rio de Janeiro, caso este continue amplamente dependente dos *royalties* por muito tempo. Esse risco econômico deve ser mitigado, e para tal, é imperativa uma política proativa e sustentável, garantindo investimento hoje em potenciais fontes econômicas futuras. Afinal, fala-se de uma “canetada” política que, de acordo com cálculos apresentados pelo deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), faria com que a arrecadação do Estado do Rio de Janeiro com os *royalties* do petróleo caísse de R\$ 5 bilhões para cerca de R\$ 100 milhões. “*Os royalties significam a oportunidade presente que pode garantir o futuro e não mais ficar chorando um passado de coronéis, escravos e canaviais.*” (CRESPO, 2003, p.91)

Porém, segundo os dados apresentados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) no que se referem às críticas quanto ao desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, esta afirma que uma de suas principais causas é a desinformação. O PIB fluminense, por exemplo, ao contrário do que se pensa, não é dependente dos *royalties* do petróleo. Pelo contrário, sem levar em conta a arrecadação via *royalties* de petróleo, a economia fluminense cresce; principalmente a indústria, que no período de 1999 a 2005 cresceu a uma taxa de 8,7% a.a. segundo dados do CODIN (2006). Claro, que com a indústria extrativa esta taxa sobe para 12,4% a.a. Mas o que se pode perceber, é que a economia fluminense não cresce apenas por estar atrelada à indústria extrativa de petróleo nesse período.

Gráfico 5

Participação do Estado do Rio de Janeiro no PIB Nacional (%)



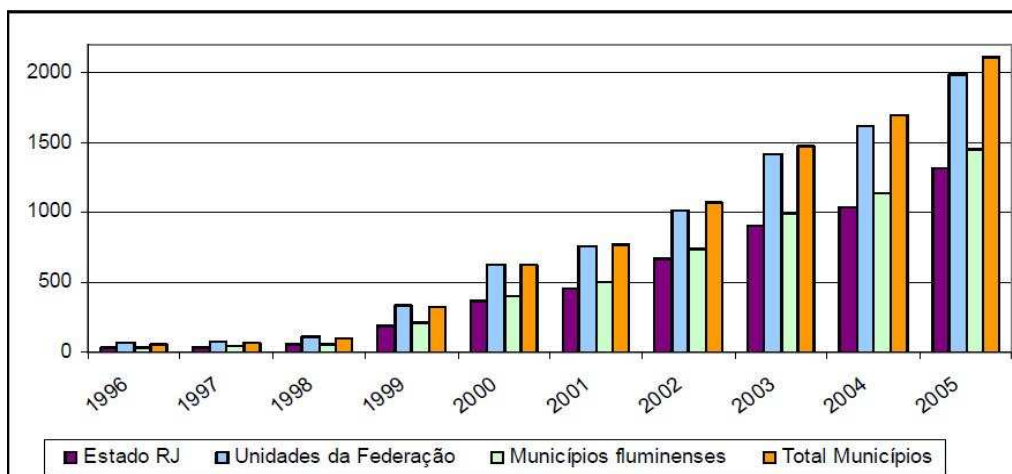
Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Além do que, o Estado do Rio de Janeiro, em suas raízes históricas possui tradição em diversos setores econômicos. Portanto, não se pode atribuir o crescimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo ao petróleo, mesmo após a década de 90.

Porém, é fato que este é o fator básico da inflexão. O petróleo por sua vez, não traz apenas os *royalties*, mas a elevação do produto industrial. Os *royalties* são sim importantes para o norte fluminense e para outros municípios do estado, pois as receitas originadas da indústria do petróleo representam uma importante fonte de renda para o Estado do Rio de Janeiro, uma vez que esta arrecadação que antes era de cerca de 30 milhões de reais, ultrapassou 1 bilhão de reais em 2005 FERNANDES (2007). Conforme se verifica na tabela abaixo:

Gráfico 6

Distribuição dos *Royalties* em Milhões de Reais



Fonte: ANP

III.2 – Crescimento da Integração Econômica Entre as Regiões do Estado do Rio de Janeiro

Não há para o período contemporâneo uma forte gama de referências bibliográficas ou autores, de tal forma que nossa análise mais recente passa a abordar como referência fontes estatísticas formais e oficiais sobre a economia nacional, como dados de anuários, IBGE e BNDES.

Nesse momento se observará que a fase de inflexão econômica positiva dá-se início a partir de meados da década de 90 – devido aos investimentos privados, muitos deles financiados com recursos públicos (em especial do BNDES), como foi o caso da privatização da Ponte Rio-Niterói e outras vias fluminenses. Nessa fase, apesar da economia não apresentar nenhum grande *boom* de crescimento acelerado, houve uma mudança na trajetória econômica fluminense frente aos períodos discutidos anteriormente.

A partir desse momento, e com a expansão e mudança em algumas políticas de distribuição de proventos vindos do pagamento de *royalties* de exploração de bens naturais, o Estado do Rio de Janeiro passou a estabelecer uma espécie de rede urbana, resultante de uma maior integração econômica e societária entre os municípios, com especial destaque aos municípios das Baixadas Litorâneas e os da Região Norte, que com a região Noroeste e parte da Região Serrana eram

consideradas historicamente como as “regiões-problema” do estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, passou-se a observar uma espécie de desenvolvimento regional, especialmente nas regiões da Baixada Litorânea e Região Norte NATAL (2004). Segundo NATAL (2004) “*que houve algum avanço, é incontestável que houve.*”

A atividade de extração e a do setor químico, esta última que por sua vez é influenciada diretamente também pela extração, devido à enorme capacidade de refino de petróleo na REDUC, tornaram-se os principais elementos propulsores da economia fluminense, e afetam diretamente as regiões supracitadas. A transferência de recursos por meio dos repasses dos direitos exploratórios – os *royalties* – e também sua influência nos outros setores econômicos, contribuem para diminuir as enormes desigualdades que sempre existiram, entre as diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro como, por exemplo, na Baixada Litorânea e Região Norte.

Logo, nesse momento, talvez seja mais importante que os pilares dessa inflexão econômica positiva, que garante sim, a integração econômica de diversas regiões do estado - seja por meio da distribuição de *royalties*, garantindo maior integração entre as regiões da baixada litorânea e do norte-fluminense - ou por outras atividades diretamente associadas ao extrativismo, como a indústria química - mais importante é avaliar o alcance das “regiões-problema” do Estado, a Região Noroeste por exemplo não foi alcançada, com base na dinamização econômica.

Porém, não basta ater-se a simples compreensão das informações dispostas. Apesar do crescimento econômico das atividades associadas à extração de petróleo e gás ser a mais expressiva e também benéfica, pois gera pagamento de *royalties* às diversas regiões do estado, seu crescimento contínuo teve um salto de 1998 para 1999, e um segundo salto de 1999 para 2000, dando continuidade em 2001. No entanto, como estamos tratando de porcentagem, o fato da metalurgia e química, por exemplo, manterem-se com a mesma participação, demonstra claramente que também cresceram, do contrário, o crescimento exclusivo da extração de petróleo e gás tornaria a participação percentual das demais atividades no PIB cada vez menores, o que não é verdade, estas se mantiveram estáveis, denotando o inferido crescimento que deve ser observado.

Enquanto o setor extrativista apresenta em valor financeiro, em bilhões de reais, já deduzido o fator inflacionário, um crescimento real na casa de 490%, o setor químico, por exemplo, apresenta

também deduzido o fator inflacionário, um crescimento acumulado na casa de 16%; a metalurgia por sua vez na casa de 14%.

Outro setor que se beneficia diretamente do extrativismo é o setor naval. O setor tem apresentado crescimento expressivo em sua participação no PIB fluminense, passando de menos de 1% em 2001, para cerca de 5% em 2008. Isso se deve especialmente aos investimentos em criar embarcações industrializadas em estaleiro fluminense, que outrora eram importadas ou apenas montadas em solo brasileiro. Especialmente embarcações de grande porte e complexidade tecnológica, conseqüentemente com alto custo e movimentação financeira, necessárias à exploração de petróleo em águas cada vez mais profundas no território marítimo fluminense – exploração *offshore*, como se denomina a exploração petrolífera em águas profundas. Destaca-se que essa taxa de crescimento deve continuar, já que o governo federal atual anunciou em 2009-2010 financiamento por meio de seu programa de aceleração do crescimento (PAC), para mais que dobrar a capacidade naval nos estaleiros fluminense, afinal a atividade é de interesse direto da maior estatal brasileira, a Petrobras.

Portanto, existem sim, inúmeros argumentos que sustentam a proposição de maior integração econômica do Estado do Rio de Janeiro dada inflexão econômica positiva recente, seja através de atividades relacionadas diretamente ao extrativismo como o setor químico, seja através da própria distribuição de *royalties*, ou ainda por setores beneficiários deste, como é o caso do setor de aço e construção naval. Nos últimos anos, houve ainda uma maior integração econômica com a junção dos eixos do Vale do Paraíba e Norte Fluminense com a Região Metropolitana em base às exportações de automóveis e de aço, e também em virtude do petróleo. Isso se deu quase que exclusivamente com a duplicação da BR 101 e a Rio-São Paulo.

III.3 – Logística de Transporte como Ponto de Inflexão e suas Expectativas de Consolidação Econômica Positiva

A logística de transportes foi um dos papéis centrais na inflexão econômica positiva do Estado do Rio de Janeiro. Porém, a logística de transportes, assim como a indústria de materiais de transporte, apesar de apresentar relevante importância econômica na inflexão positiva, não foi seu determinante mais importante. O fator de peso da retomada econômica fluminense foi mesmo o

petróleo, conforme seção anterior. Porém, apesar do petróleo ter sido o fator básico para a retomada dessa inflexão positiva, não podemos consolidar a inflexão apenas em base ao petróleo. Pois segundo OLIVEIRA (2003), devido ao segundo plano de construção naval, a participação do setor de transportes passou a tornar-se cada vez mais importante para os diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. A reestruturação logística de transportes como a duplicação da BR 101, o Porto de Açu, o segundo plano de construção naval e o Anel Rodoviário, por exemplo, que geram as expectativas de consolidação dessa inflexão econômica positiva.

De acordo com OLIVEIRA (2003), a indústria de logística e transportes representou a criação de 1.735 novos postos de trabalhos até 2001. No mesmo período, em análise da taxa de ocupação empregatícia formal no Vale do Paraíba fluminense, por exemplo, nota-se que em 2001 o setor de transportes era o quinto setor que mais gerava trabalho formal, conforme tabela a seguir:

Tabela 12

Trabalhadores formais empregados no Vale do Paraíba Fluminense, por setores de atividades econômicas, segundo a CNAE/95, 1985 – 2001

Setor \ ano	1985*	1990*	1995	2000	2001
Sub-total industrial	51.181	46.767	38.398	29.214	28.322
Sub-total Serviços	70.241	79.348	91.077	106.658	107.176
Serv. industriais utilidade pública	1.559	1.212	1.829	1.734	1.820
Construção civil	5.233	6.633	5.669	8.552	6.936
Comércio varejista	14.320	15.312	17.206	23.341	24.715
Comércio atacadista	1.806	2.019	1.800	2.578	2.595
Instituições de crédito, seguros	3.091	2.283	2.282	1.741	1.917
Com. e adm de imóveis	7.545	5.347	9.952	13.580	14.929
Transportes e comunicações	6.325	6.795	7.185	7.767	7.748
Serv. de alojamento, alimentação,	13.591	16.129	7.752	10.255	10.623
Serviços médicos, odontológicos	1.933	2.812	5.400	5.543	5.610
Ensino	766	848	7.558	5.511	6.620
Adm. pública direta e autárquica	11.848	14.054	19.641	23.216	20.897
Agricultura, silvicultura, criação	963	1.032	3.689	2.840	2.766
Outros / ignorado	1.261	4.872	1.114	0	0
Total	121.422	126.115	129.475	135.872	135.498

Fonte: RAIS/TEM, 1985, 1990 e 2000 e 2001

* Nota: Há uma mudança na metodologia de classificação dos setores e ramos de atividades a partir de 1995, quando o IBGE oficializa o novo Código Nacional de Classificação das Atividades, CNAE/95. Assim, há uma mudança na classificação dos setores metalúrgicos. Assim o importante nesta tabela é considerar a totalização do setor industrial.

Além disso, a indústria de transportes ajudou a compensar o baixo crescimento econômico regional no ramo da metalurgia, como se pode observar no anuário 2002 do CIDE.

No período de 1996 a 2001, a indústria de material de transportes mais que dobrou sua importância no PIB do Estado do Rio de Janeiro, passando de 0,40% para 0,83% em um período que contou com taxas de crescimento em volume financeiro na casa de 382%, denotando amplo crescimento do setor, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 13

Participação percentual no Produto Interno Bruto (PIB) dos principais setores das indústrias de transformação e extrativista, a preço básico, Estado do Rio de Janeiro, 1996 – 2001 (%).						
Gêneros	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Extração de petróleo e gás	3,12	3,54	4,32	8,63	15,01	15,47
Metalurgia	2,64	2,78	2,47	2,30	2,07	2,03
Material de transportes	0,40	0,65	0,68	0,58	0,77	0,83
Química	2,12	2,14	1,94	2,21	2,11	2,08
Farmacêutica	0,95	1,12	1,12	1,30	1,04	1,02

Fonte: CIDE. Anuário, 2002.

Mas isso é pouco. Em 2002 existe uma forte explosão do setor de transportes, quando começam investimentos do governo federal no setor, beneficiando em especial o Estado do Rio de Janeiro. NATAL (2004), afirma que o setor chega a representar 4% do PIB fluminense em 2002.

Complementarmente, também colaborou para a expansão do comércio e dos transportes, a presença na cidade de Resende, de um Entrepósito da Zona Franca de Manaus e de uma Estação Aduaneira de Interior (EADI), que foram criados em 2001 a partir de um acordo de exclusividade previsto para durar até 2020. Sendo que um terminal alfandegário, comumente denominado “porto seco”, faz a armazenagem e a distribuição nacional, bem como apoio ao comércio exterior. Segundo FONSECA (2006), com isso foi possível melhorar a infra-estrutura das cidades de Resende e Porto Real, permitindo em 2001, a instalação de uma fábrica de automóveis nesta última. Dessa forma, foi possível a partir de 2000, notar-se um aumento do setor de material de transporte na elevação do PIB da indústria de transformação destes dois municípios.

Impulsionada pelo setor de material de transporte e também pelo setor de veículos automotores, devido a implantação de montadoras no interior do estado fluminense, houve um

aumento da participação econômica relativa do PIB fluminense quando comparado ao PIB nacional.

Gráfico 7

Participação % do PIB Rio de Janeiro no Total do PIB Brasil

Rio de Janeiro – 1996/2001

Ano	%PIB
1996	11,1
1997	11,2
1998	11,0
1999	11,8
2000	12,5
2001	12,3

Fonte: IBGE: Contas Regionais, 2001.

No entanto, não a logística de transporte, mas a transformação físico-industrial do setor de material de transporte teve forte declínio até 99, que é quando ocorre uma retomada deste setor a partir de 2000, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 14 - Índice da produção física da indústria de transformação fluminense, período 1989-2006

	Dez/89	Dez/90	Dez/91	Dez/92	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00	Dez/01	Dez/02	Dez/03	Dez/04	Dez/05	Dez/06
Bens de consumo não durável:																		
Farmacêutica*	1,00	0,93	0,89	0,78	0,78	0,75	0,87	0,80	0,73	0,67	0,56	0,46	0,49	0,45	0,44	0,44	0,42	0,44
Perfumaria, sabões, e velas*	1,00	0,79	0,76	0,78	0,86	0,81	0,71	0,70	0,88	0,84	0,77	0,88	0,89	0,72	0,69	0,76	0,65	0,60
Têxtil	1,00	0,80	0,69	0,61	0,72	0,77	0,61	0,49	0,37	0,33	0,35	0,47	0,53	0,57	0,54	0,65	0,75	0,70
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	1,00	0,92	0,86	0,67	0,72	0,82	0,81	0,77	0,68	0,63	0,61	0,62	0,54	0,49	0,39	-	-	-
Alimentos	1,00	0,94	1,06	0,96	0,92	0,94	1,01	0,94	0,86	0,88	0,79	0,76	0,70	0,67	0,66	0,68	0,75	0,84
Bebidas	1,00	1,00	1,11	0,79	0,84	0,92	1,22	1,36	1,44	1,44	1,35	1,66	1,73	1,61	1,54	1,72	1,75	1,84
Bens Intermediários:																		
Borracha e plástico*	1,00	0,90	0,87	0,79	0,80	0,81	0,94	1,03	1,07	1,00	0,94	0,84	0,76	0,76	0,72	0,68	0,51	0,50
Minerais não metálicos	1,00	0,90	0,98	0,85	0,85	0,83	0,86	0,93	0,98	0,93	0,91	0,89	0,80	0,78	0,81	1,00	1,20	1,20
Metalurgia básica	1,00	0,88	0,86	0,92	1,01	1,07	1,02	0,97	1,04	0,98	0,97	1,01	1,03	1,20	1,36	1,38	1,28	1,22
Papel	1,00	0,87	0,82	0,75	0,76	0,75	0,72	0,74	0,70	0,65	0,62	0,67	0,55	0,51	0,48	-	-	-
Química	1,00	0,94	0,89	0,88	0,86	0,84	0,80	0,95	0,92	0,99	1,04	0,92	0,88	0,92	0,89	-	-	-
Derivados de petróleo e álcool	-	-	1,00	1,00	1,00	0,96	0,88	1,15	1,11	1,21	1,26	1,11	1,10	1,14	1,14	1,21	1,18	1,15
Outros produtos químicos	-	-	1,00	0,97	0,87	0,87	0,93	0,82	0,81	0,80	0,88	0,78	0,61	0,50	0,50	0,48	0,47	0,48
Bens Consumo Durável e Bens de Capital:																		
Material Elétrico	1,00	0,68	0,57	0,54	0,53	0,51	0,53	0,53	0,53	0,59	0,48	0,58	0,51	0,40	0,35	-	-	-
Material de Transporte	1,00	0,58	0,67	0,70	0,76	0,84	0,77	0,43	0,30	0,22	0,18	0,21	0,24	0,23	0,28	-	-	-
Veículos automotores	-	-	1,00	0,91	1,02	1,13	1,20	0,95	2,28	2,73	2,80	3,96	4,84	4,95	5,56	6,85	7,87	7,55
Indústria de transformação (1)	1,00	0,86	0,83	0,79	0,82	0,84	0,82	0,82	0,79	0,79	0,77	0,75	0,73	0,75	0,74	0,76	0,76	0,77

Fonte: IBGE (Pim-PIs) e Pacheco (1998, p.132)

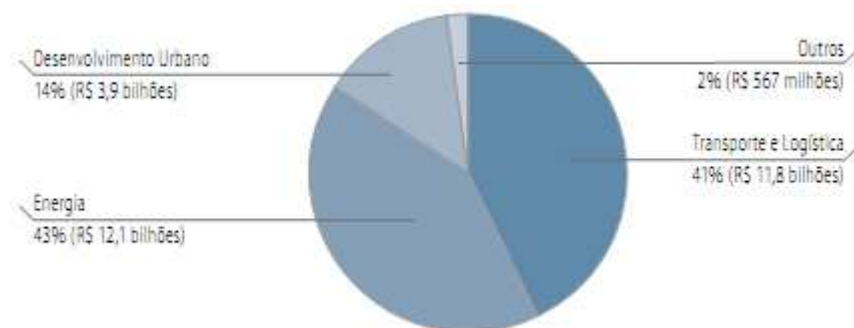
Notas: (*) Para estes ramos não se teve acesso aos valores respectivos para 1991, então se considerou nele a mesma variação que aquela do total da indústria de transformação. (1) Inclui ramos não computados acima. (-) Não passível de cálculo.

Em 2005, após o início da inflexão econômica positiva, o setor de transportes manteve um crescimento em torno de 3,5% ao ano. Isso ocorreu devido ao setor de veículos automotores e especificamente à produção de ônibus e caminhões que alcançou uma participação de 24,7% do VTI nacional nesse ano, de acordo com SOBRAL (2007).

A partir de 2008 ocorre uma nova retomada nesse índice de produção física devido a reestruturação logística de transportes, motivada principalmente por financiamentos e investimentos do governo federal, em especial associado à indústria naval para exploração petrolífera *offshore* (sob grandes profundidades), resultante indireto das atividades extrativistas no estado. O setor de material de transportes então recebe um grande volume de investimentos nos ramos automobilísticos, ferroviário e naval FIRJAN (2008). Os investimentos em transporte e logística atingem, portanto mais de 40% do total de investimentos em infra-estrutura no Estado do Rio de Janeiro, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 8

Investimentos em Infra-Estrutura 2008-2010



Fonte: FIRJAN

Além disso, há uma ampliação na rede de transportes, como por exemplo, a extensão da linha de metrô até a Praça General Osório em Ipanema, as obras de modernização do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, o Galeão; e ainda projetos de extensão da linha Metrô-Ônibus até a Barra da Tijuca. Dos dezesseis maiores investimentos do município do Rio de Janeiro, quatro estão relacionados ao setor de transporte e logística de acordo com o gráfico.

Tabela 15

Maiores Investimentos no Município do Rio de Janeiro

Empresa	Investimento (R\$ milhões)	Setor	Objetivo
Companhia Siderúrgica do Atlântico	7.174,00	Metalurgia	Implantação
Gerdau	930,00	Metalurgia	Implantação
Consórcio Rio Naval	735,00	Indústria Naval	Construção de embarcação
Prefeitura do Rio de Janeiro	577,00	Transporte/Logística	Implantação
Tishman Speyer	500,00	Outros	Implantação
Cosigua	480,00	Metalurgia	Expansão
Eisa	452,14	Indústria Naval	Construção de embarcação
Michelin	422,00	Borracha	Implantação
Governo Federal	409,70	Desenvolvimento Urbano	Modernização
MetrôRio	308,00	Transporte/Logística	Expansão
Eisa	252,00	Indústria Naval	Construção de embarcação
Porto do Rio de Janeiro	245,14	Transporte/Logística	Modernização
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	224,43	Entretenimento	Implantação
Rio de Janeiro Refrescos	224,00	Bebidas	Expansão
Michelin	206,78	Borracha	Expansão e Modernização
Aeroporto Internacional Tom Jobim	170,00	Transporte/Logística	Modernização

Fonte: FIRJAN

É importante notar ainda, o início do processo de capacitação e exploração da infra-estrutura aquaviária do estado fluminense, como a construção do Porto de Itaguaí seguido da criação do Porto de Açu, impactando-se positivamente os fatores econômicos associados às logísticas de distribuição, exportação e transporte, consagrando-se o início de uma nova abordagem de extração de riquezas. O Porto de Itaguaí, por exemplo, antigo Porto de Sepetiba, foi o fator primordial para a vinda da indústria automobilística e para a expansão da siderurgia na região fluminense. Pouco mais tarde, a dinamização da construção naval se precisa, em base à decisão governamental de exigir um mínimo de 65% de componentes nacionais nas plataformas. É então que já se pode falar em perspectivas e expectativas de consolidação da inflexão, que aparece com os grandes e mais recentes investimentos como a descoberta do Pré-Sal, o Complexo Petroquímico, o Pólo Gás-Químico, e as maiores obras em infra-estrutura com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, conforme explicitado mais especificamente na última seção.

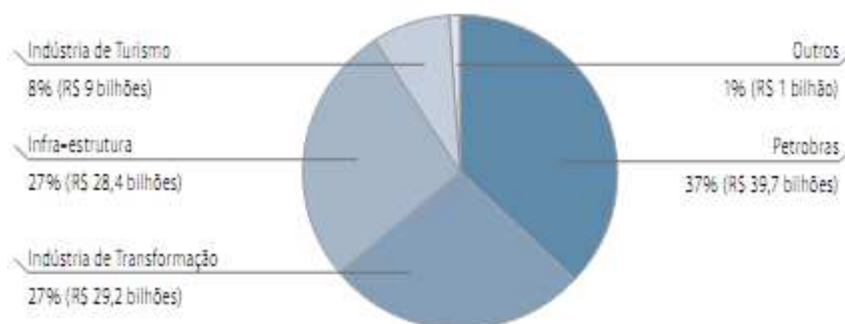
III.4 – A Consolidação da Inflexão Econômica Positiva

Com a consolidação da inflexão econômica positiva devido ao crescimento do interior do estado somado à influência do petróleo no norte-fluminense, surge a possibilidade de se instalar um pólo petroquímico no norte do estado do Rio de Janeiro. Porém, por problemas políticos, este projeto tornou-se inviável, e foi reordenado para se transformar no Polo Gás Químico, que reúne atualmente várias empresas petroquímicas, que não mais se situaria na região norte-fluminense, mas sim próximo à refinaria de petróleo de Duque de Caxias (REDUC), da Petrobras.

No entanto, neste momento recente, há ainda uma mudança mais relevante além do já instalado Polo de Gás Químico em Duque de Caxias, com a ampliação do Porto de Itaguaí, a construção do Porto de Açu e expectativas de siderurgia junto ao porto - no litoral norte do Rio de Janeiro - o Polo Petroquímico de Itaboraí, o Projeto Maravilha que conta com a revitalização do cais do porto e reurbanização do Píer Mauá para incremento turístico, além da exploração de petróleo na Bacia de Campos e a retomada da indústria naval.

Gráfico 9

Investimentos Previstos 2008-2010



Fonte: FIRJAN

A consolidação desses novos pólos no Estado do Rio de Janeiro como o Porto de Itaguaí, o Complexo Petroquímico da Petrobrás, seguidos do Complexo Logístico e Industrial na divisa de Campos com Quissamã, além do Porto de Açu em São João da Barra, tendem a constituir em elevado crescimento para a região fluminense.

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), localizado em Itaboraí e São Gonçalo, na região leste fluminense, é o maior investimento do país e tende a oferecer inúmeras oportunidades, no que se estima cerca de 210 mil empregos diretos e indiretos, e investimentos de cerca de 200 milhões de dólares a serem realizados por aproximadamente 200 empresas segundo dados da FIRJAN (2008). Além disso, deve causar grandes impactos em regiões próximas do leste e centro-norte fluminense, como por exemplo, Macaé, Niterói, Casimiro de Abreu, Maricá, dentre outras, principalmente na demanda por comércio e serviços.

Ainda segundo FIRJAN (2008), o Complexo Logístico e Industrial de Barra do Furado, localizado na divisa de Campos com Quissamã na região norte-fluminense, objetiva a construção de um estaleiro em Quissamã e uma base de apoio para a produção de petróleo na Bacia de Campos. Essa construção estima gerar cerca de 3.600 empregos diretos e indiretos. Além de proporcionar para a região um aumento de fornecedores da indústria naval, assim como demanda por moradia e serviços.

O Complexo Portuário de Açú, outro investimento a constituir-se em crescimento econômico para a região fluminense, localizado em São João da Barra, terá o maior mineroduto do mundo, com 525 km de extensão, partindo de Minas Gerais ao terminal portuário no Rio de Janeiro. O porto atenderá às usinas siderúrgicas da região, com capacidade de movimentação de aproximadamente 12 toneladas de carvão, além da construção de piers *off-shore*. Esse projeto viabiliza a produção de milhões de toneladas de minério e fornecimento de vantagens logísticas para a região fluminense FIRJAN (2008).

Tabela 16

Maiores Investimentos da Região Norte Fluminense

Empresa	Investimento (R\$ milhões)	Setor	Objetivo
Complexo Portuário do Açú	4.958,50	Transporte/Logística	Implantação
Termelétrica do Porto do Açú	4.100,00	Energia	Implantação
Alcana Agroenergética	300,00	Agronegócios	Implantação
Elcana	180,00	Agronegócios	Implantação
Centro Logístico de Barra do Furado	110,00	Indústria Naval	Implantação

Fonte: FIRJAN

Há ainda, além desses, outros investimentos como a Zona Especial de Negócios (ZEN) de Carapebus e Rio das Ostras, o Arco Metropolitano, o Trem de Alta Velocidade conhecido como trem-bala, o projeto de modernização e ampliação da Siderúrgica de Barra Mansa, dentre outros, que proporcionam uma elevada expectativa de impactos econômicos positivos sobre a região fluminense, com criação de cerca de 310 mil empregos diretos e indiretos.

Tabela 17

Vinte Maiores Investimentos Previstos 2008-2010

Empresa	Investimento (R\$ milhões)
Fazenda São Bento da Lagoa	8.000,0
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	7.596,0
Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA)	7.174,0
Comperj	6.330,0
Complexo Portuário do Açu	4.958,5
Angra 3	4.800,0
Usina Termelétrica Porto do Açu	4.100,0
Trem-Bala RJ/SP	2.321,0
Light S.A.	1.100,0
Votorantim	1.012,8
Usina Hidrelétrica de Simplicio	960,0
MRS Logística	958,4
Gerdau	930,0
Wal-Mart (1)	900,0
Arco Metropolitano	802,0
Estaleiro Ilha (EISA)	779,5
Consórcio Rio Naval	735,0
CEG (2)	720,6
Reserva do Perú	600,0
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (3)	577,0

Fonte: FIRJAN

Portanto, as necessidades a serem sanadas no que tange à infra-estrutura para a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 tendem a atrair pesados investimentos em saneamento, meio ambiente e construção civil, além de capacitação profissional e destaque no setor turístico.

A duplicação da BR 101 que facilita o acesso à Usina Nuclear de Angra dos Reis e à Usina

Termo Elétrica de Santa Cruz, o Complexo Petroquímico e o Anel Rodoviário do Porto consolidam a inflexão positiva que garante uma perspectiva de crescimento até 2020.

Porém, de acordo com SOBRAL (2007), apesar dos investimentos federais em instituições de pesquisa, universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento, permitindo situação de destaque na base técnico-científica, permanece ainda uma fragilidade na produção de modernas tecnologias. Então há uma carência de um melhor aproveitamento destes cientistas e pesquisadores, caracterizado pelos limites na demanda com maior especificação tecnológica.

Ainda segundo SOBRAL (2007), o Estado do Rio de Janeiro apresenta a ausência de novos setores econômicos mais dinâmicos, pois não conseguiu estabelecer uma estrutura industrial de competitividade com relevância nacional. Pelo contrário, o estado fluminense apresenta competitividade baseada em economias de aglomeração e de escala. Então, diante da falta de incentivo às atividades científicas, essa estrutura industrial tende a se internalizar e apresentar limites à sua expansão.

Além disso, há uma forte dependência de demanda externa, pois os ganhos de competitividade apresentados na construção naval e material de transporte, muitas vezes tiveram quedas expressivas devido à utilização dos insumos produzidos fora da região fluminense SOBRAL (2007).

Ainda segundo afirmativa de OSÓRIO (2008), apesar da renda crescente no Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, no que se refere aos postos de trabalho formais, com carteira assinada, o saldo de empregos é decrescente e inferior à média nacional.

Assim, se por um lado o Estado do Rio de Janeiro vive grandes expectativas ao que tange o desenvolvimento de projetos econômicos, por outro, é preciso analisar a geração de renda e emprego nessa região e a fragilidade desses projetos, sobretudo no que se refere a políticas ambientais, industriais, urbanas e sociais.

Para concluir, não se deve fazer confirmações apressadas sobre a consolidação do desenvolvimento da economia fluminense em virtude apenas da expansão de atividades

relacionadas ou beneficiadas pelo petróleo e devido a fatores exógenos como a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, pois a consolidação da inflexão econômica positiva não quer dizer que haja uma perspectiva de desenvolvimento consolidada, uma vez que a fragilidade dos setores intensivos em tecnologia, a falta de novos setores econômicos dinâmicos e a dependência da demanda externa ocasionam questionamentos sobre a sustentabilidade desse crescimento. Porém, um aumento da competitividade fluminense e uma maior participação no comércio internacional realmente caracterizam mudanças na estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que para isso é necessário que haja investimentos em técnicas produtivas e de capacitação dos trabalhadores. É necessário, portanto, sobretudo ater-se a uma estratégia de desenvolvimento regional.

CONCLUSÃO

Este trabalho abordou teorias e abordagens muitas vezes conflitantes, outras concordantes, sobre os diversos aspectos econômicos característicos do Rio de Janeiro desde sua formação histórica, passando por uma grande ascensão econômica fundada na cafeicultura, retratando a relevância política e econômica do Rio de Janeiro até o declínio econômico participativo da economia fluminense. Na segunda etapa do trabalho encontramos a tese do esvaziamento econômico relativo, que rapidamente dominou todo esse trabalho, devido à bibliografia possuir abordagem divergente dos múltiplos autores consultados. Essa teoria do esvaziamento econômico relativo, ora abordada como positiva dadas as grandes taxas de crescimento fluminense, artificialmente negativo apenas frente à expressiva taxa de crescimento paulista, era outrora interposta pela idéia do crescimento fluminense não intenso ou relevante suficiente para acompanhar não apenas as taxas paulistas, mas também nacionais.

Observa-se a partir de 1985, especialmente da década de 90 até a atualidade, que uma potencial recuperação econômica acontece no Rio de Janeiro, inicialmente respaldada pelas atividades extrativistas e associadas à indústria petrolífera, que complementarmente influenciam resultados positivos também para a economia fundamentada em logística e transportes. E o tema central do trabalho volta à tona quando observamos na terceira parte do trabalho que a economia fluminense, diferentemente da segunda parte, não permanece com as mesmas características que fundam a tese do esvaziamento relativo, pois apresenta crescimento em taxas relevantes e acima das taxas médias nacionais, o que caracteriza o processo de retomada econômica da economia fluminense. E é novamente a retomada econômica, agora associada a atividades extrativistas, combinada com resultados positivos acima da média do país, que recai sobre a conclusão de que o Estado do Rio de Janeiro segue a mesma tendência de crescimento das décadas de 50 e 60, mas dessa vez sem um processo de esvaziamento relativo, compensado positivamente por elevadas taxas de crescimento da indústria extrativista e outras atividades fundadas em exploração petrolífera.

Conforme o originalmente planejado para este trabalho, foi possível concluir que existe uma retomada da economia fluminense já iniciada, com influências positivas principalmente devido ao setor petrolífero, que recolocou o Estado do Rio de Janeiro de volta ao cenário nacional com a elevação do PIB industrial e outrora, com maior participação no PIB nacional. Porém, tal influência positiva não quer dizer que há uma perspectiva de desenvolvimento de fato consolidada, devido à fragilidade de alguns setores econômicos, sendo necessário, portanto, manter-se uma definição estratégica de desenvolvimento da economia regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. **Brasil: Uma nova potência na economia-mundo**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930/1970**. São Paulo: UNESP, 2007.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CEPERJ, Fundação. **Boletim de Conjuntura Econômica Fluminense**. Rio de Janeiro: CEPERJ, ano II, número 11, 2010.

CODIN. **A Desinformação e os 4 Mitos Fluminenses**. Rio de Janeiro. CODIN, 2006.

CONSIDERA, Cláudio; MELO, Hildete. Industrialização Fluminense – 1930-1980. **Revista do Rio de Janeiro**. Niterói: UFF, v. 1, n. 3, pp. 111-121, 1986.

CONTRERAS, Edelmira. MELO, Hildete. A Trajetória Desigual do Desenvolvimento Econômico Fluminense. In: **Encontro Nacional de Economia**. São Paulo: ANPEC, v.4, pp. 423-440, 1988.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica: As grandes tendências de mudanças. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, n.1, pp. 69-87,1992.

CRESPO, Nelson. Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 239-256, 2003.

DAIN, Sulamis. **Crise econômica: Rio de todas as crises**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990.

DINIZ, Campolina; AFONSO, Marco. **Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DIEGUES Jr., Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização:** Estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais / INEP, 1964.

EGLER, Claudio; PIRES, Gisela. **Territórios do petróleo no Brasil:** Redes globais e governança local, 2003. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Egler_Rio.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2011.

FERNANDES, Camila. **A evolução da arrecadação de royalties do petróleo no Brasil e seu impacto sobre o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Bacharelado em Economia) - Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. 72p.

FIRJAN. **Decisão Rio: Investimentos 2008-2010.** Rio de Janeiro. FIRJAN, 2008.

FONSECA, André. Recuperação produtiva fluminense e a ascensão de seu interior. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 18-19, pp. 213-232, 2006.

LESSA, Carlos. **Auto-estima e desenvolvimento social.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Industrial associations and politics in contemporary Brazil (1930-1961).** 1984. Tese (Doutorado) - St. Antony's College, University of Oxford, Oxford, 1984. 465p.

LOUREIRO, Ana Cláudia. **Rio de Janeiro: Uma análise da perda recente de centralidade.** 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, UFMG, Belo Horizonte, 2006. 117p.

MELO, Hildete. A trajetória da industrialização do Rio de Janeiro. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly. **Um estado em questão: Os 25 anos do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: ALERJ / FGV, 2001.

NATAL, Jorge. Inflexão econômica e dinâmica espacial pós-1966 no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, n.14, pp. 71-90, 2004.

NATAL, Jorge. A economia fluminense em três tempos. **Revista Economia Fluminense**, Rio de Janeiro, ano III, n.6, pp. 54-58, 2007.

NORONHA, Simone. **Indústria naval, a nova força da economia**, 2009. Disponível em: <<http://www.clickmacae.com.br/?sec=47&pag=noticia&cod=7085>>. Acesso em 18 de janeiro de 2011.

OLIVEIRA, Floriano. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. São Paulo: USP, 2003.

OSÓRIO, Mauro. Estado do Rio de Janeiro: trajetória e perspectivas. **Revista Economia Fluminense**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 7 pp. 50-54, 2008.

OSÓRIO, Mauro. **Trajетória e perspectivas do Estado do Rio de Janeiro no cenário de mega-eventos**, 2010. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto2311.pdf>>. Acesso em 18 de janeiro de 2011.

PASIN, Jorge. Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e Perspectivas. In: **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, pp.121-148, 2002.

PIGNATON, Álvaro. **Origens da Industrialização do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

SILVA, Robson. **Rio de Janeiro: Crescimento, transformações e sua importância para a economia nacional**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2004. 166p.

SOBRAL, Bruno. **A desconcentração produtiva regional no Brasil: Análise do Estado do Rio**

de Janeiro – 1970/2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2007. 161p.

TOPIK, Steven. Metrôpoles macrocéfalas: Uma comparação entre a primazia do Rio de Janeiro e a da Cidade do México entre 1800 e 1910. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.34, n.1, pp. 53-76, 1991.

VERSIANI, Flávio. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.13 n.4, pp. 77-96, 1993.

VIEIRA, Wilson. **Apogeu e decadência da cafeicultura fluminense: 1860-1930.** Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2000. 127p.